

Primeira Região

em revista

ISSN 2238-3476

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano VI - n.º 72 - outubro 2016



Urbanização de risco

Aumento da população urbana no mundo afeta diretamente o meio ambiente, e a adoção de práticas de gestão sustentável em órgãos públicos contribui para reduzir o impacto ambiental do desenvolvimento humano



ESPECIAL

CEF indeniza ganhador de loteria pela divulgação de valor errado da premiação



AMPLIAÇÃO

Justiça Federal no Tocantins conta com mais uma vara federal

TENHA ATITUDE!

Além da geração desnecessária de resíduos, que demoram até 400 anos para se decompor, a fabricação de copos descartáveis emite CO2 e outros gases na atmosfera.

É hora de SUBSTITUIR COPOS DESCARTÁVEIS para preservar o meio ambiente!

- Deixe de usar três copinhos de plástico por dia e economize mais de 700 copinhos por ano;
- Estimule os seus colegas de trabalho a utilizarem o mínimo de copos descartáveis possível;
- Adote uma caneca.



Ao leitor

Dados revelados em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU) demonstram que, até 2050, a população residente em áreas urbanas no mundo será ampliada em 2,5 bilhões de pessoas. Até lá, a estimativa é de que, no Brasil, 90% da população esteja concentrada nas cidades. Os números traduzem o crescimento acelerado da população mundial que reflete diretamente no crescimento das grandes cidades e, consequentemente, na redução das zonas rurais. Esse desenvolvimento, quase sempre desordenado, acaba por afetar o meio ambiente e roubar os espaços de animais silvestres que, cada vez mais acudados, estão se vendo obrigados a procurar refúgio fora de seu hábitat, migrando para as cidades.

O fato é que essa migração, na maioria das vezes, causa sérios problemas tanto aos homens quanto aos animais, em razão da transmissão de doenças, destruição de patrimônio, transtornos em rodovias e aeroportos, sem falar no desequilíbrio ambiental.

Na matéria especial de capa desta edição, Primeira Região em Revista mostra que, diante desta situação, não é mais possível manter modelos de desenvolvimento e crescimento urbano sem considerar a responsabilidade socioambiental e a adoção de planos de ação sustentáveis em todas as áreas da sociedade. Na Administração Pública brasileira, a gestão sustentável já é uma realidade e a Justiça Federal da Primeira Região está inserida nesse contexto com seu Plano de Logística Sustentável (PLS). Tanto o Tribunal como suas seccionais têm um PLS próprio para trabalhar a redução dos impactos de sua atuação e expansão no meio ambiente de modo que a prestação jurisdicional seja cada vez mais eficiente e sustentável.

Na entrevista do mês, o desembargador federal Ney Bello, responsável pela Coordenação dos JEFs Criminais da Primeira Região, fala sobre as iniciativas da Cojucrim para melhorar o trabalho dos juizados criminais e conferir mais celeridade ao trâmite processual nessa área.

No Painel de Notícias Institucionais você vai conferir, ainda, a instalação da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Tocantins e da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT. Vai acompanhar os resultados do trabalho inovador de gestão processual coordenado pela presidente da 1ª Turma, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, que conseguiu colocar o acervo do órgão em dia e dar mais qualidade de vida no trabalho à equipe da coordenadoria da Turma. A revista mostra, também, como foram as comemorações do Dia do Servidor Público pela Primeira Região.

Na editoria de Saúde vamos falar do AVC, doença que mata quase sete milhões de pessoas no mundo todos os anos e pode deixar graves sequelas em quem sobrevive ao derrame. Na matéria Especial Decisão, o caso de apostador da loteria que teve direito a uma indenização após a divulgação errada do valor do prêmio pela CEF, além da importância de guardar com cuidado o bilhete de loteria para garantir o recebimento do prêmio.

Para relaxar, nosso colaborador Euvaldo Pinho compartilha a sua visita pela cidade italiana de Cagliari, localizada às margens do Mar Mediterrâneo.

Boa leitura!

Ivani Morais e Thainá Salviato
Editoras

Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

HILTON QUEIROZ - Presidente
I'TALO MENDES - Vice-Presidente
JOÃO BATISTA MOREIRA - Corregedor Regional da 1.ª Região

DESEMBARGADORES FEDERAIS

JIRAIR ARAM MEGUERIAN
OLINDO MENEZES
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
CÂNDIDO RIBEIRO
CARLOS MOREIRA ALVES
JOSÉ AMILCAR MACHADO
DANIEL PAES RIBEIRO
SOUZA PRUDENTE
MARIA DO CARMO CARDOSO
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES
NOVÉLY VILANOVA
NEY BELLO
CANDIDO MORAES
MARCOS AUGUSTO DE SOUSA
JOÃO LUIZ DE SOUZA
GILDA SIGMARINGA SEIXAS
JAMIL DE JESUS OLIVEIRA
HERCULES FAJOS
CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
FRANCISCO NEVES DA CUNHA

Diretor-Geral da Secretaria

Carlos Frederico Maia Bezerra

Secretário-Geral da Presidência

Ramiz Flávio Rocha

Conselho Editorial:

Secretário-geral – Ramiz Flávio Rocha
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747)
Repórter Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686)

Editora-Chefe

Ivani Morais

Editora-Executiva

Thainá Salviato

Redatores

Euvaldo Pinho, Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747), Leonardo Costa (Reg. Prof. DF 10610) e Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686)

Estagiárias

Ana Luiza Nogueira, Gabrielli Nicolau e Guilherme Corrêa

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região

Revisão

Lúcia de Souza

Editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Carlos Rodrigues, Euvaldo Pinho, Proforme, Ramon Pereira e Secos da 1.ª Região

Chapas CTP

Studio produções gráficas

Impressão

Gráfica do TRF da 1.ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70070-900
Fones: (61) 3314.5367/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom.trf1@trf1.jus.br



10 | Capa

População brasileira será 90% urbana até 2050, e a adoção de práticas sustentáveis é indispensável para preservação do habitat natural de espécies selvagens

Acesse www.trf1.jus.br

Serviços

- Endereços e Telefones
- Peticionamento Eletrônico
- Citação e Intimação
- Cálculo de Custas e Despesas Processuais
- Certidão Online
- RPV e Precatórios
- Diário da Justiça
- Plantão Judicial
- Ouvidoria

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)- - Brasília : TRF-1ª Região, 2010- . v.

Mensal
Publicada também *on line*
Continuação de: Revista Destaque
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca



30 | PAINEL

Primeira Reunião do Fórum Interinstitucional Previdenciário da Primeira Região busca formas alternativas de solução de conflitos



54 | POR AÍ

Conheça a bela cidade italiana de Cagliari, localizada ao sul da Sardenha e às margens do Mar Mediterrâneo



48 | SAÚDE

AVC mata cerca de 100 mil pessoas por ano no Brasil e a atenção aos sintomas e o tratamento rápido podem salvar vidas

6 | ENTREVISTA

Desembargador federal Ney Bello fala sobre a atuação da Cojucrim-TRF1, segurança de magistrados na Primeira Região e a participação do Tribunal na reforma do Código de Processo Penal

58 | PANORAMA PRIMEIRA REGIÃO

Os julgamentos que ganharam destaque no Tribunal e nas seções judiciárias

60 | PONTO DE VISTA

A servidora Maria Angela Duarte Pardini fala sobre a importância da comunicação não violenta nas relações de trabalho



Integrante da 3ª Turma, o desembargador federal Ney Bello atua, entre outros temas, no julgamento de matéria penal em geral. Nesta edição, o magistrado conta como se dá o trabalho da Cojucrim para melhorar a prestação jurisdicional da Primeira Região na área criminal e fala sobre outros assuntos como a segurança de magistrados e a reforma do CPP.

▼ POR THAINÁ SALVIATO

Primeira Região em Revista convidou o desembargador federal Ney Bello para falar sobre a atuação da Coordenação dos Juizados Especiais Federais Criminais da Justiça Federal da 1ª Região (Cojucrim-TRF1), quais os principais objetivos do trabalho da coordenação e como ela está atuando para melhorar a prestação jurisdicional na área criminal. “O principal trabalho da Cojucrim tem sido identificar hipóteses de estrangulamento do fluxo processual e discutir as hipóteses de unificação de procedimentos, quer para contribuir com a celeridade, quer para reforçar a segurança jurídica”, destacou o magistrado que atua como coordenador da Cojucrim.

Ney Bello também fala sobre o trabalho do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário da Justiça Federal da 1ª Região (GMF-TRF1) e de como estão sendo tratadas, no âmbito da Primeira Região, as questões relativas à segurança de magistrados.

O desembargador também participa da Comissão da Reforma do Código de Processo Penal no âmbito do TRF da 1ª Região e explica como os magistrados da Primeira Região estão atuando para contribuir para a melhoria do CPP.

Confira!

O senhor é coordenador regional dos Juízos Especiais Federais Criminais da Justiça Federal da 1ª Região (Cojucrim-TRF1), coordenação instituída em abril deste ano com o objetivo de identificar problemas e apresentar soluções para a melhoria dos serviços da jurisdição criminal federal. De que forma a Coordenação vem trabalhando para atingir esse objetivo?

Primeiramente a Coordenação descentralizou suas funções delegando parte de suas atribuições a juízes localizados em cada uma das Seções Judiciárias, numa tentativa de aproximar os juízes de 1º grau do Tribunal e também fomentar o diálogo entre os magistrados acerca de temas que envolvam a jurisdição penal. Também foram estabelecidas quatro linhas de atuação com a intenção de identificar problemas e construir soluções: a) PJE criminal – objetivando migrar o processo penal inteiramente para o processo eletrônico na 1ª e 2ª instâncias e reduzir a demora na tramitação dos feitos criminais; b) publicização das decisões criminais de 1ª instância, já que a jurisprudência do TRF é comumente publicada e a dos juízes muito raramente; c) permanente discussão e troca de ideias sobre temas penais entre todos os magistrados com jurisdição criminal na 1ª Região, utilizando-se as ferramentas da Internet; d) acompanhamento e análise do cumprimento das penas aplicadas e executadas no âmbito da jurisdição criminal.

Hoje, sete meses após a criação da Cojucrim-TRF1, como o senhor avalia a situação dos juízos criminais da Primeira Região, e quais ações a Coordenação já desenvolve ou pretende desenvolver no âmbito desses juízos?

A 1ª Região sofre de gigantismo crônico. Abarcando em torno de 80% do território nacional com razoável número de juízes, mas com apenas seis desembargadores federais com competência criminal, é natural que haja um imenso gargalo

que impede a celeridade e a conclusão de feitos. O principal trabalho da Cojucrim tem sido identificar hipóteses de estrangulamento desse fluxo e discutir as hipóteses de unificação de procedimentos, quer para contribuir com a celeridade, quer para reforçar a segurança jurídica. Acredito que o PJE criminal será um importante passo, assim como a frequente utilização das súmulas criminais também contribuirá para celeridade processual e unificação de procedimentos.

O senhor também é o coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário da Justiça Federal da 1ª Região (GMF-TRF1). Em que consiste o trabalho desse grupo?

Identificar, analisar e acompanhar a execução das penas privativas de liberdade, que no nosso caso resumem-se, por enquanto, àquelas executadas na penitenciária federal localizado em Rondônia, sob a nossa jurisdição.

De acordo com a Constituição, a competência criminal da Justiça Federal é voltada para o julgamento de crimes políticos, crimes contra o sistema financeiro e contra a ordem financeira, causas relativas aos direitos humanos, crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ingresso ou permanência irregular de estrangeiros e disputa sobre direitos indígenas. Dados do Ministério da Justiça no ano passado mostram que o tráfico internacional de drogas cresceu 5,4% de 2005 a 2013, crime esse que é de competência da Justiça Federal. Segundo a ONU, cerca de 2,4 milhões de pessoas são traficadas anualmente no mundo, outro crime de competência da Justiça Federal em avanço, assim como os casos de crimes cibernéticos, como a pornografia infantil. Como a Cojucrim-TRF1 pretende atuar para aprimorar a atuação da Justiça Federal da Primeira Região frente a esses crimes cada vez mais incidentes no Brasil e no mundo diante da globalização e da expansão das novas tecnologias?

Veja, o que a Cojucrim deve fazer e está fazendo é auxiliar o juiz naquilo que estiver a seu alcance: estruturalmente e funcionalmente. É importante deixar claro que há total liberdade constitucionalmente assegurada a todos os magistrados de julgarem de acordo com suas consciências. Desta maneira, aquilo que em outros países é causa de “encarceramento em massa” pode não ser exatamente uma causa relevante para penas elevadas conforme a convicção de um ou outro juiz. A Cojucrim não trata do mérito das decisões, apenas auxilia o juiz para que ele cumpra a sua função.



A Cojucrim não trata do mérito das decisões, apenas auxilia o juiz para que ele cumpra a sua função





Em setembro deste ano, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 239, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário. A Política abrange a segurança pessoal dos magistrados e de respectivos familiares em situação de risco, a segurança de servidores e dos cidadãos que transitam nos órgãos da Justiça, além de a segurança da informação e a segurança patrimonial e de instalações do Judiciário. As disposições do documento regem também as unidades de segurança dos tribunais. Como esta normativa está sendo implementada no âmbito do TRF1?

Obviamente, ser juiz traz consigo um certo risco. Contudo, estatisticamente já se comprovou que o magistrado se submete a menos situações de perigo que outras profissões. É preciso desfazer o fetiche do “imminente risco de vida a cada sentença”: no mundo dos fatos isso não acontece assim. Contudo, a questão deve ser enfrentada com racionalidade. Ela envolve tanto o comportamento pessoal do magistrado na vida pública e na vida privada quanto as condições de segurança do próprio fórum. Por esta razão, a Comissão de Segurança de Magistrados, que funciona interligada a Cojucrim, concluiu levantamento de condições de segurança em cada um dos fóruns da 1ª Região; concluiu o Plano de Segurança de Magistrados e estabeleceu contatos com o Ministério da Defesa para treinamentos de servidores da área de segurança. Além disso, todos os casos relatados à Comissão de Segurança são rigorosamente acompanhados para que se possa buscar a melhor proteção para o magistrado. Há evidentes limitações orçamentárias para adquirir carros blindados, coletes e detectores de metais, mas em casos de extrema emergência estamos tentando viabilizar junto ao TRF a compra desses equipamentos.

Na condição de coordenador da Cojucrim-TRF1, o senhor foi designado para coordenar também a Comissão Especial da Reforma do Código de Processo Penal no âmbito do TRF da 1ª Região (CERCPP/TRF1), composta, ainda, por outros 16 magistrados da Primeira Região. De que forma esse grupo atuará diante do Projeto de Lei 8045/10 do Senado Federal que visa à reforma do CPP?

Diversos juízes participaram da formação de uma proposta que será encaminhada até o final do ano ao Deputado Relator. É uma tentativa da magistratura de participar do processo jurígeno e desde logo interferir na construção de boas leis criminais. Dois magistrados federais participaram das audiências públicas que debatem as mudanças no Código e estamos ocupando espaços com o intuito de fornecer ao Congresso Nacional a visão dos magistrados acerca do nosso CPP.

O novo texto do Código de Processo Civil (CPC) foi muito aguardado pela comunidade jurídica brasileira, e, apesar de construída com ampla discussão de operadores do Direito, Judiciário e sociedade civil, a versão final dessa lei recebeu muitas críticas. Como o senhor avalia o processo de reforma do Código de Processo Penal? Acredita que este novo texto atenderá às necessidades da sociedade e aos anseios dos juristas?

Tudo muito embrionário. O projeto do novo Código de Processo Penal traz avanços e retrocessos; vantagens e desvantagens para a jurisdição penal. Muito ainda teremos de discutir até chegarmos num ponto de equilíbrio entre a ampla defesa consagrada e a persecução penal responsável e útil para toda a sociedade.



A stylized illustration of a city with various buildings in shades of blue, grey, and brown. A magnifying glass with a white handle and a brown frame is positioned over the city, focusing on a small squirrel. The background is white with light blue cloud-like shapes.

O BICHO PEGOU

AUMENTO DA PRESENÇA DE ANIMAIS SILVESTRES EM CIDADES ALERTA PARA O CRESCIMENTO URBANO VERTIGINOSO E DESORDENADO E PARA A NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

▼ POR THAINÁ SALVIATO/ELIANE WIRTHMANN

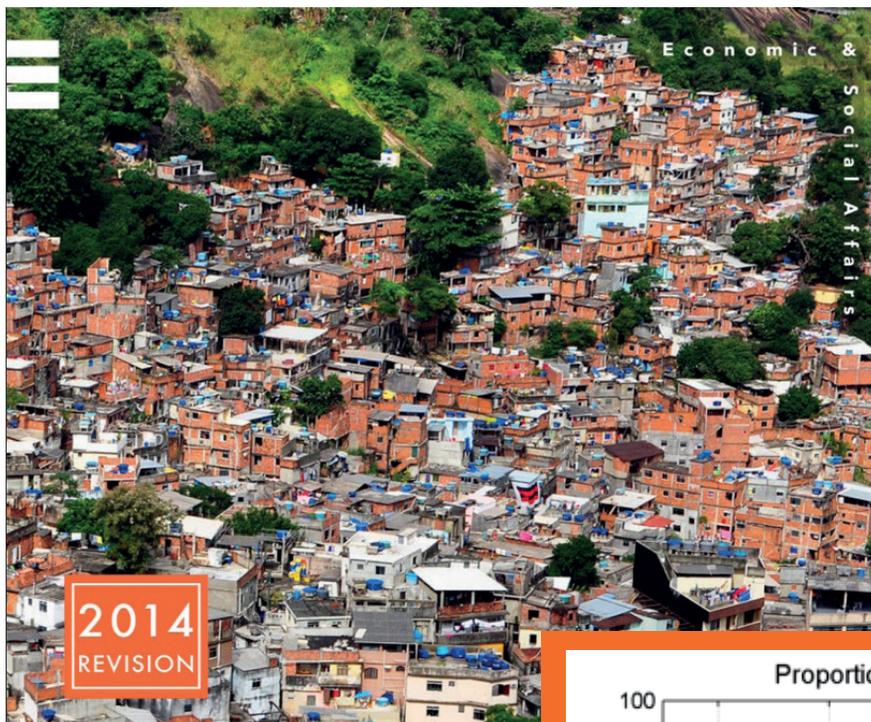
A edição de 2014 do relatório “Perspectivas da Urbanização Mundial” (*World Urbanization Prospects*), produzido pela Divisão das Nações Unidas para a População, revelou que a população mundial está cada vez mais urbanizada, com mais da metade vivendo em cidades. O relatório também aponta que até 2050 mais 2,5 bilhões de pessoas deverão se juntar às outras 3,9 bilhões de pessoas que formam essa população urbana, representando um aumento de 66% nos próximos 32 anos.

Grande parte desse crescimento acontecerá nas cidades e megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes em países da Ásia, África e América Latina. Índia, China e Nigéria serão responsáveis por 37% dessa elevação, acrescentando, respectivamente, 404 milhões, 292 milhões e 212 milhões de pessoas às zonas urbanas.

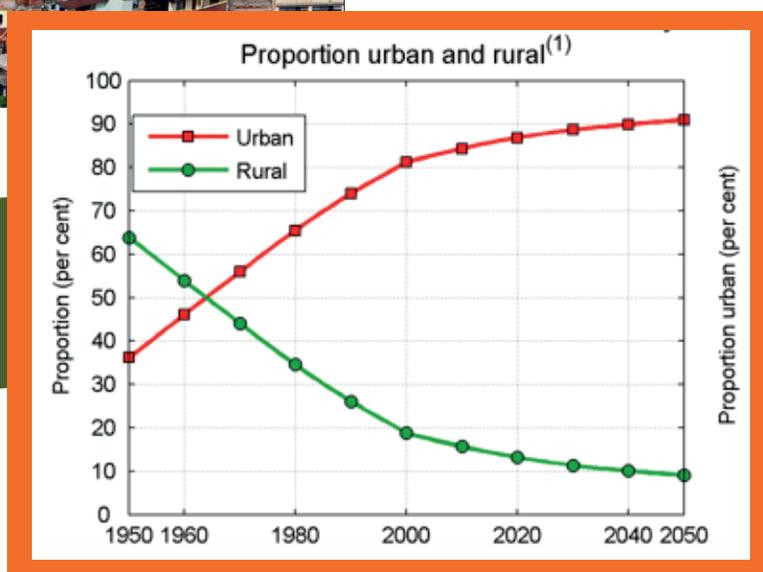
O relatório da ONU também destaca que, em 1990, havia apenas dez megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes no mundo que abrigavam 153 milhões de pessoas, menos de 7% da população mundial. Esse número também aumentou, e hoje já são 28 megalópoles que hospedam 453 milhões de pessoas, 12% da população mundial. Destas gigantes, 16 estão na Ásia, quatro na América Latina, três na África e na Europa e duas na África do Norte. Tóquio ainda sustenta o posto de cidade mais populosa do mundo, com 38 milhões de habitantes.

Apesar de não aparecer entre os dez países com as maiores populações urbanas no relatório, o Brasil também sofrerá aumento importante de moradores de zonas urbanas até 2050. O levantamento da ONU mostra que até lá o País contará com cerca de 90% de sua população vivendo nessas áreas.

Apesar de os números fazerem referência ao ano de 2050, não é de hoje que as cidades mostram sinais de crescimento acelerado e sem planejamento. No Brasil, esse



Edição de 2014 do relatório
“Perspectivas da Urbanização Mundial”



processo teve início com o êxodo rural que desencadeou o arranjo desordenado da população nas cidades e contribuiu para o surgimento de novos aglomerados. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos primeiros dez anos desse processo, entre 1950 e 1960, a taxa migratória foi de 33%. Em 2010, essa taxa migratória de zonas rurais para regiões urbanas já apontava para a marca dos 84%, e esse fenômeno é contínuo e cada vez mais acelerado, pois que a população não para de crescer.

O fato é que para que as cidades comportem cada vez mais gente é preciso ampliar também suas estruturas com construção de habitações, novas estradas e rodovias, e tudo isso acaba avançando nas áreas ainda não habitadas por seres humanos, mas que abrigam a diversidade da fauna brasileira.



É cada vez mais comum a notícia de que animais silvestres são encontrados em áreas urbanas e, até mesmo,

na casa das pessoas. Isso porque a expansão das cidades e o encolhimento dos ambientes naturais têm obrigado as espécies selvagens a procurarem comida e abrigo nas cidades. O fenômeno é batizado de ‘sinantropia’ pelos biólogos que, apesar de significar a adaptação de animais aos ambientes criados pelos homens, é um sinal de desequilíbrio no desenvolvimento.

Recentemente, a Justiça Federal da 1ª Região teve que lidar com um desses casos. Algumas capivaras que vivem às margens da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte/MG, começaram a causar transtornos à população da região, e o caso foi parar na Justiça. Isso porque lá a população desses animais cresceu tanto que eles começaram a causar acidentes nas estradas e até mesmo atrasos nos voos do Aeroporto da Pampulha quando resolviam passear pela pista. Além disso, esses animais poderiam transmitir a febre maculosa, pois ficou constatado que algumas capivaras estavam contaminadas com a bactéria *Rickettsia rickettsii*,

presente no carrapato-estrela, comum entre as capivaras. No homem, a doença apresenta sintomas que se confundem com outras infecções: febre alta, dor no corpo, na cabeça, falta de apetite e desânimo, podendo provocar, ainda, feridas no corpo e levar à morte.

Diante do problema, a prefeitura de Belo Horizonte buscou a Justiça Federal para reclamar que há cinco anos havia pedido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a realização de um plano de manejo e a esterilização dos animais para conter o crescimento da população de capivaras na orla da Pampulha.

O Ibama, por sua vez, afirmou não ser o responsável pelo controle dos animais no local, já que, por lei, o instituto responde apenas pela fauna silvestre em vida livre. O ente público alegou ainda que a lagoa nada mais é que um reservatório artificial feito pela prefeitura, e que cabe a ela a conservação da fauna e da flora da região.

Diante do impasse, a prefeitura resolveu contratar uma empresa particular para retirar e isolar os animais contaminados, mas o que era para ser uma solução acabou gerando outro problema: 38 das 57 capivaras isoladas morreram por falta de condições adequadas no cativeiro. O Ibama, então, notificou a prefeitura para liberar os animais. Diante da situação, a Justiça Federal mineira decidiu que não é do Ibama, mas da prefeitura, a responsabilidade pelas capivaras e determinou que os animais devem, sim, ficar isolados no cativeiro.

Discordando da decisão, a prefeitura de Belo Horizonte recorreu ao TRF da 1ª Região, mas não obteve sucesso, já que o relator do processo na 5ª Turma, desembargador federal Souza Prudente (foto), manteve a decisão de manter o isolamento das capivaras. "Nós sabemos que a Lagoa da Pampulha é um ponto turístico visitado, não só por brasi-



ASCOM

INVASÕES ANIMAIS



DISTRITO FEDERAL

IMAGENS: INTERNET

09/11/2016 08h40 - Atualizado em 09/11/2016 09h52

Capivara é atropelada na Ponte JK, no DF; lentidão atinge 6 km

Animal permaneceu na faixa da esquerda e parte da pista foi bloqueada. Motoristas esperavam 30 min para passar pelo local no sentido Plano Piloto.

Alexandre Bastos
Do G1 DF



Capivara ferida após atropelamento em acesso à Ponte JK, em Brasília, nesta quarta-feira (9) (Foto: Alexandre Bastos/G1)

UOL notícias Cotidiano

ÚLTIMAS - SEU ESTADO - CIÊNCIA E SAÚDE - ELEIÇÕES 2016 - ECONOMIA - INTER - JORNAIS

Animais silvestres invadem bairros de cidade do interior de Goiás e são devolvidos à natureza

Lourdes Souza
Do UOL, em Goiânia 05/03/2012 | 15h56



Ouvir texto Imprimir Comunicar erro

Quatro animais silvestres foram capturados em um mesmo dia na cidade de Jataí (325 km de Goiânia). Um veado foi encontrado no quintal de uma residência, no setor Sebastião Herculano, por volta das 7h50 de sábado (3).



Animais invadem cidade em Goiás 4 fotos

Um veado, uma jararaca, um gambá e um ouriço-caixeiro foram resgatados num único dia em Jataí (GO); no sábado (3), um veado, que acuada por cachorros num quintal foi buscar abrigo dentro de uma residência no Setor Sebastião Herculano, foi capturado por paralamas de um carro, e o ouriço, em cima de uma árvore

Imagem: Divulgação/PM-GO



SOROCABA E JUNDIAÍ

27/02/2012 13h02 - Atualizado em 27/02/2012 13h02

Animais silvestres invadem cada vez mais cidades da região de Sorocaba

Estatísticas mostram que só em 2011 foram 1.291 apreensões. Orientação é nunca colocar a mão nos bichos.

Viviane Gonçalves
Do G1 Sorocaba e Jundiá

As visitas inesperadas dos animais silvestres em áreas urbanas estão cada vez mais frequentes na região de **Sorocaba**, no interior de São Paulo. Lagartos, cobras, onças, tamanduás. São diversos bichos que surgem em ruas, quintais de casas e causam espanto e medo dos moradores.

Segundo o capitão da Polícia Ambiental, Marcos Aurélio Verâncio, a urbanização tem levado os animais em áreas menos adequadas à sua sobrevivência, o que também coloca em risco a vida deles, já que muitas vezes acabam por serem mortos ou feridos.

Lagartos invadem empresa de Sorocaba, SP (Foto: Viviane Gonçalves / G1)

CORREIO POPULAR
CAMPINAS, 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Capa Esporte Entretenimento Tv Correio Blogs Colunistas Especiais Motor Turismo

Campinas e RMC Nacional Mundo Projetos Correio

DEVASTAÇÃO

Animais "sem-floresta" invadem a cidade

Com território cada vez menor e sem comida, silvestres se perdem em áreas urbanas

20/01/2013 - 05h00 | Patricia Azevedo
patricia.azevedo@rac.com.br

Macaco bugio encontrado em Campinas foi visto na Avenida Norte-Sul e localizado somente um dia depois

Jornal de Brasília

NOTÍCIAS BLOGS & COLUNAS TORCIDA CLICABRASILIA CONCURSOS & CARRERAS VIDEOS

CIDADES

Animais silvestres invadem ruas e surpreendem população

28/11/2014

Os animais silvestres resolveram passear pelas ruas do Distrito Federal. Neste mês, 80 bichos do Cerrado foram encontrados em diversas regiões. Apenas ontem, o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) capturou pelo menos oito animais silvestres: três cobras; um porco-espinho adulto, de 6kg; dois jabutis; um pássaro socozinho e uma capivara, de aproximadamente 60 kg.

Moradores do Guarã II foram surpreendidos pela presença da capivara adulta. O animal apareceu logo cedo e se escondeu na marquise de uma casa. Ali, ela foi espantada por um cachorro e correu até um edifício próximo. Moradores acionaram a polícia, que capturou o animal por volta das 9h.

IMAGENS: INTERNET

leiros, mas também por estrangeiros e evidentemente esse risco à saúde pública e à vida humana pode não apenas atingir as pessoas residentes, mas também esse risco pode transcender e, de fato, a ameaça é grave no sentido dessa febre maculosa ir além dos limites do município de Belo Horizonte mostrando exatamente as medidas que devem ser adotadas enquanto essa ameaça transita dentro das fronteiras do município”, afirmou o magistrado.

Em Brasília/DF, também há quem reclame da presença das capivaras à solta. O empresário Gustavo Fiuza (foto) re-

lata que elas entram na casa, passam carrapato para os ambientes, comem todas as plantas, derrubam bananeiras e coqueiros, além de comerem também todas as



ASCOM

plantas rasteiras. “Eu já consegui contar 100 capivaras no meu terreno. Tive o trabalho de contar 100 capivaras porque eu fiquei impressionado com a quantidade. Tem desde a pequenininha até a grandona”, conta. Apesar de reclamações como as de Gustavo, o caso das capivaras do Lago Paranoá, na capital federal, não está em discussão na Justiça Federal, e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) afirma que ainda não há motivos para preocupação porque não há indícios de superpopulação e nem de febre maculosa.

Atenção aos sinais – Casos como o das capivaras mineiras e brasilienses, além de diversas outras notificações de animais silvestres em zonas urbanas, demonstram mais que um simples conflito entre homens e animais. O aumento dessas aparições revela o crescimento acelerado e desordenado das cidades e a falta de planos de desenvolvimento sustentável.

De acordo com a WWF-Brasil, para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e de recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais, dos quais a humanidade depende.





Atividades econômicas podem ser encorajadas em detrimento da base de recursos naturais dos países. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico.

O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem.

Em 2012, essa prática já começou a ser adotada pelos órgãos e instituições da administração pública brasileira, que, como grande consumidora de bens e serviços, cumpridora responsável das políticas públicas e com o poder de compra que possui por meio das licitações, precisa dar o exemplo das boas práticas nas atividades em suas atividades.

Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), uma ação que busca a construção de uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicos. A A3P tem como objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Na Justiça Federal da 1ª Região, a sustentabilidade já integra o planejamento estratégico da instituição. O MMA, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, conferiu ao TRF1 o Selo A3P de Sustentabilidade na Administração Pública, em agosto de 2015. O Selo A3P Verde é conferido em reconhecimento às instituições públicas pelo empenho na implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e tem como objetivo demonstrar o reconhecimento e promover a divulgação das práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade.

O Tribunal aderiu à Agenda para o período 2015-2020 e recebeu o selo por desenvolver ações e programas voltados para uma gestão socioambiental. Desde 2008, o TRF1 conta com um grupo responsável por ações voltadas à gestão sustentável. Atualmente, é o Comitê Justiça Sustentável – criado em fevereiro deste ano em atendimento às orientações da Resolução 201 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – o responsável pelo planejamento e desenvolvimento dessas

iniciativas, como a coleta de resíduos sólidos, destinação de resíduos à cooperativa de catadores, coleta seletiva, logística de descarte de cartuchos de impressoras, programa de descarte de lâmpadas em fase de regulamentação e implantação, além de campanhas de sensibilização e capacitação de servidores, prestadores de serviço e estagiários.

Já como parte das ações do Comitê, também em fevereiro de 2016, o Tribunal adotou o Plano de Logística Sustentável (PLS) para instituir práticas sustentáveis e aumentar a eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho na Primeira Região. As 14 seccionais vinculadas ao TRF1 também já possuem seus Planos de Logística Sustentável.

As práticas de sustentabilidade citadas no plano de ação abrangem os seguintes temas:

- Uso eficiente de insumos e materiais, considerando, inclusive, a informatização dos processos e procedimentos judiciais e administrativos (já em prática no TRF1 e nas Seções Judiciárias, com a implantação do PAeSEI e do PJe);
- Energia elétrica;
- Água e esgoto;
- Gestão de resíduos;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Sensibilização e capacitação contínua da força de trabalho;
- Contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustíveis e serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
- Deslocamento de pessoal, bens e materiais, considerando-se todos os meios de transporte com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

O Tribunal possui algumas iniciativas voltadas para a gestão sustentável e eficiente e para preservação do meio ambiente anteriores à instituição do PLS e que atendem aos objetivos do Plano. É o caso do Projeto Padrão para construção de novas sedes para as subseções judiciárias. Adotado em maio de 2015, o projeto prevê, dentre outros aspectos, soluções arquitetônicas para conferir ao desempenho das instalações o melhor rendimento energético possível, sempre considerando os seguintes aspectos: economicidade por meio de soluções construtivas racionais; flexibilidade das instalações e do leiaute; funcionalidade e adequação do prédio ao meio ambiente de modo a otimizar a eficiência energética, como minimizar o consumo de água, e o conforto térmico-ambiental.





Preservar é legal – Essa prática da gestão sustentável é indispensável a todos os órgãos da administração pública, notadamente à Justiça Federal da 1ª Região que possui grande parte de sua jurisdição na área da Amazônia Legal brasileira. Somente a parte da jurisdição que se estende pela Região Norte abrange uma extensão de 6,5 milhões de quilômetros quadrados. Essa característica peculiar ratifica a necessidade da responsabilidade socioambiental em todas as etapas de atuação da Justiça Federal, desde os processos administrativos e judiciais, que hoje são eletrônicos, até as atitudes do dia a dia de todo o corpo funcional, com o uso racional de papel, materiais de escritório e copos descartáveis, bem como o descarte correto de resíduos sólidos e a coleta seletiva do lixo.

O conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais. Baseados em análises estruturais e conjunturais, seus limites territoriais têm um viés sociopolítico e não geográfico, isto é, não são definidos pelo bioma Amazônia - que ocupa cerca de 50% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos -, mas pelas necessidades de desenvolvimento identificadas na região.

A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km², que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, a área ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal mato-grossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Apesar de sua grande extensão territorial, a região tem apenas 21.056.532 habitantes, ou seja, 12,4% da população nacional e a menor densidade demográfica do País (cerca de quatro habitantes por km²). Nos nove estados residem 55,9% da população indígena brasileira, cerca de 250 mil pessoas, segundo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Nela também está a Bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do mundo, com cerca de um quinto do volume total de água doce do planeta. Por abranger três biomas, exibe a elevada biodiversidade desses biomas. Na Amazônia são aproximadamente 40 mil espécies de plantas e mais de 400 de mamíferos. Os pássaros somam quase 1.300, e os insetos chegam a milhões. Os rios amazônicos guardam outras três mil espécies de peixes.



Esse patrimônio natural é cada vez mais ameaçado pelo desmatamento. Em setembro de 2016, o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) detectou 387 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal. Isso representou um aumento de 69% em relação a setembro de 2015, quando o desmatamento somou 229 quilômetros quadrados. Em setembro de 2016, o desmatamento ocorreu no Mato Grosso (42%), no Pará (25%), em Rondônia (16%), no Amazonas (15%) e no Tocantins (1%).

As florestas degradadas na Amazônia Legal somaram 2.592 quilômetros quadrados em setembro de 2016. Em relação a setembro de 2015 houve aumento de 272%, quando a degradação florestal somou 697 quilômetros quadrados.

A degradação da Floresta Amazônica pode resultar na extinção de espécies animais e de vegetais, causar desequilíbrio no ecossistema e no clima, aumentar a poluição,



provocar erosão no solo. Pesquisadores da Universidade de Leeds, na Inglaterra, do Centro de Ecologia e Hidrologia do Conselho de pesquisa Ambiental Britânico também apontam outra grave consequência: a redução das chuvas nos trópicos em até 21% até 2050 durante o período da seca.

O desmatamento também provoca a proliferação de pragas e doenças, assoreamento de lagos e rios e redução da população indígena que depende dos recursos da floresta para sobreviver.

Tendo significativa parte de sua jurisdição na Amazônia, o TRF1 é responsável também por grande número de ações envolvendo causas ambientais. Nos últimos anos, no TRF da 1ª Região quase triplicou o número de recursos nas causas relacionadas ao Direito Ambiental, passando de 681 ações, em junho de 2007, para 1.952, em março de 2009. Em 2014, o número de processos em matéria ambiental e agrária,

distribuídos na 1ª Região, subiu para 7.608. Para fazer frente a essa realidade, das 230 varas federais, criadas de acordo com a Lei nº 126-2009, e que seriam instaladas no País, seis delas foram especializadas, desde a origem, em matéria ambiental e agrária e instaladas na Amazônia Legal. Essas varas especializadas atendem aos jurisdicionados em Belém (PA), Marabá (PA), Santarém (PA), Manaus (AM), São Luís (MA) e Porto Velho (RO).

Esse quadro de degradação e aumento das disputas envolvendo o patrimônio natural amazônico ratifica a necessidade do fortalecimento da cultura da preservação e da adoção da gestão sustentável em toda a administração pública federal. Hábitos sustentáveis também devem ser inseridos na rotina de cada um. Veja algumas deles:

Reciclagem: mais da metade do lixo caseiro pode ser reciclado, e para isso basta separar os materiais orgânicos dos recicláveis e descartá-los de acordo com o cronograma de coleta seletiva da sua cidade;

Mude as lâmpadas: utilize as lâmpadas fluorescentes, que são mais econômicas e que gastam até 65% menos energia e podem durar até 10 vezes mais que as outras lâmpadas;

Menos papel: no trabalho, pense duas vezes antes de imprimir um documento e, caso seja realmente necessário, imprima em frente e verso;

Geladeira fechada: verifique sempre se a porta da geladeira está bem fechada e vedada e evite ficar muito tempo com a porta aberta pensando no que pegar. Se não está bem fechada, a geladeira consome mais energia para tentar manter a temperatura baixa;

Carro na garagem: sempre que possível, troque o carro pelo transporte coletivo ou pela bicicleta para ajudar a reduzir a emissão de gases poluentes no ar;

Consumo consciente: reduza o tempo do banho, desligue as luzes dos ambientes que não estiverem sendo utilizados e escolha eletrônicos e eletrodomésticos com selo indicador de baixo consumo energético;

Economia: evite o desperdício de água, conserte vazamentos em casa, feche as torneiras enquanto escova os dentes e lava a louça, reutilize a água dispensada pela máquina de lavar roupas na limpeza da casa e do carro;

Manutenção: mantenha as revisões do seu veículo em dia para garantir que ele não tenha problemas que aumentem a sua emissão de CO2 na atmosfera.

O meio ambiente é de todos e a responsabilidade de preservá-lo também! ■



MAGISTRADOS DO TRIBUNAL SÃO HOMENAGEADOS COM A ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO

O presidente do TRF1, desembargador federal Hilton Queiroz, e os desembargadores federais Jirair Aram Mequerian e Cândido Moraes Pinto Filho (aposentado) receberam, na manhã do dia 21 de outubro, a Ordem do Mérito Aeronáutico. Considerada a maior condecoração da Força Aérea Brasileira (FAB), a comenda foi entregue durante



PROFORME

solenidade na Base Área de Brasília (BABR) conduzida pelo presidente da República, Michel Temer, e alusiva ao Dia da Força Aérea Brasileira e ao Dia do Aviador.

A Ordem do Mérito Aeronáutico é concedida pela FAB a personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras que tenham se destacado no exercício da profissão ou em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao País. A distinção pode ser concedida em cinco graus: Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro.

Com informações da FAB

JUSTIÇA FEDERAL NO AMAPÁ DESTINA 1,6 TONELADA DE RESÍDUOS PARA RECICLAGEM

A Seção Judiciária do Amapá (SJAP) enviou para reciclagem, nos últimos dois meses, aproximadamente de 1,6 tonelada de resíduos sólidos, sendo 1,5 tonelada de papéis diversos (90% do papel foi proveniente do descarte de autos findos). As ações implementadas atendem ao Plano de Logística Sustentável do órgão (PLS-SJAP) que, dentre outras metas, prevê a destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos gerados na instituição, nos termos da Resolução CNJ nº 201/2015.



SECOSAM

No caso específico do resíduo papel, a estratégia adotada é simples, mas tem se mostrado bastante eficaz, comentou a servidora responsável pelo Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental (Seamb/SJAP) e coordenadora da Comissão Gestora do PLS, Vera Sales Costa. Ela explica que foram disponibilizadas às unidades da Seccional (judiciais e administrativas), caixas coletoras para o correto acondicionamento do papel que não pode mais ser reaproveitado. "O adequado descarte de material reciclável é um ato de responsabilidade e também funciona como um processo de educação ambiental na medida em que desperta magistrados, servidores e colaboradores sobre os problemas do desperdício de recursos naturais e da poluição causada pelos resíduos gerados", observou a coordenadora.

Ainda sobre este tema e a convite da Comissão Gestora do PLS-SJAP, a Universidade Estadual do Amapá (UEAP) promoveu palestra de sensibilização aos colaboradores que trabalham na limpeza e conservação do prédio da SJAP. No dia 11 de outubro, a acadêmica do Curso de Engenharia Ambiental Suellen Facundes, acompanhada da professora e engenheira ambiental Diani Fernanda, tratou de temas como: definições de resíduos sólidos, noções básicas de gerenciamento e manejo de resíduos, coleta seletiva, entre outros.

Para os próximos passos, planeja-se fazer com que a coleta seletiva na SJAP passe a ser solidária. Nesse sentido, estuda-se minuta de termo de parceria entre a Justiça Federal no Amapá, uma empresa que coleta material reciclável e a Associação de Catadores de Resíduos Sólidos, objetivando a inclusão desses trabalhadores na atividade do ciclo de reaproveitamento dos resíduos gerados, reconhecendo-se que o material reciclável é um bem econômico, com valor social e que promove a cidadania.

Fonte: Secos/SJAP

PALESTRA ORIENTA SOBRE COMO VIVER NA CIDADE SEM SER VÍTIMA DA VIOLÊNCIA URBANA



SECOS/PA

Não falar em telefone celular nas vias urbanas, não deixar objetos de valor à vista dentro de veículos, não ficar dentro de carros que estejam estacionados ou parados em lugares públicos e expor-se com bastante cautela nas redes sociais para não divulgar informações que possam facilitar ações criminosas são condutas preventivas que podem, na maioria das vezes, preservar a vida de qualquer pessoa em ambientes mais propícios à ação de assaltantes.

As orientações foram apresentadas a magistrados e servidores da Justiça Federal no Pará no dia 20 de outubro, em Belém, durante palestra que abordou o tema "Como viver na cidade sem ser vítima de violência urbana – questão de atitude mais que de força". O palestrante, Flávio Bosco Di Mambro (foto), é pós-graduado em Segurança Pública, servidor da Justiça Federal no Distrito Federal, coordenador do Grupo Especial de Segurança do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e fundador do Serviço de Segurança Destacado de Inteligência na Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF).

O juiz federal diretor do Foro, Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes, ressaltou que a presença de Di Mambro na Seccional do Pará atende ao objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de segurança institucional destinados a proteger não apenas magistrados e servidores, mas os jurisdicionados que diariamente circulam nas dependências das Justiça Federal. "Neste ambiente de insegurança em que vivemos nada mais oportuno do que um técnico, que conhece profundamente o assunto, para transmitir orientações sobre como procedermos para ter a melhor segurança possível", disse o diretor do foro.

Prevenção – "Quando o assunto é segurança, nada é totalmente garantido. Mas a prevenção é essencial, ou mesmo é quase tudo. Em verdade, para preservarmos nossa vida precisamos de 90% de prevenção, de 5% de reação e de 5% de sorte", ensinou o palestrante. Para ilustrar, Flávio mostrou um vídeo em que um homem invade a sala de recepção de um órgão onde estão cinco pessoas. Todas atendem às ordens daquele homem e entregam seus pertences, menos uma moça, que não apenas se recusa a entregar seu telefone celular como ainda reage e agride fisicamente o assaltante, que atira duas vezes contra ela. "A vítima só não morreu porque os dois disparos falharam. Neste caso, ele contou com os 5% de sorte", reforçou Di Mambro.

O palestrante mencionou dados que mostram que há cerca de três anos, dentre os delitos registrados em Belém, 80% dos crimes relacionavam-se ao patrimônio das vítimas e 20% atentavam contra a vida humana. Os dias de maior incidência da criminalidade, de acordo com os mesmos dados apresentados por Di Mambro, eram sexta-feira, sábado e domingo. E, ainda, que 78% dos atos criminosos ocorreram em vias públicas e apenas 22% em ambientes privados. "Por isso é que andar na rua exige muitos cuidados, pois há vítimas que facilitam a ação de assaltantes. Todos nós sabemos que a oportunidade faz o ladrão. E a oportunidade, portanto, aumenta os riscos de crimes, porque o infrator busca sempre o benefício por meio do menor risco ou da melhor vítima", alertou o palestrante.

O juiz federal da 1ª Vara do Pará, Cláudio Henrique Fonseca de Pina, considerou a palestra das mais oportunas e ressaltou que, em meio à violência e à criminalidade que existem em todo lugar, o cidadão tende cada vez a tornar-se mais recluso, preferindo ficar em casa a correr o risco de expor-se à ação de assaltantes que podem atacar nos momentos mais inesperados. Servidores narraram experiências em que foram vítimas de assalto e também apresentaram sugestões sobre certas cautelas que passaram a adotar para reduzir a possibilidade de que venham a ser atacados por bandidos.

Fonte: Secos/SJPA



Alegria passageira

GANHADOR DA LOTERIA TEM DIREITO À INDENIZAÇÃO POR ERRO DA CEF NA DIVULGAÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO

▼ ADRIANA CARDOSO/TS

Ganhar na loteria e ficar rico do dia para noite é o sonho de muitos brasileiros, desde a época de D. Pedro II quando esses jogos foram legalizados no País. O cabeleireiro Pedro Salles é um deles. Apostador assíduo há 30 anos. “Eu sempre brinco com meus clientes. O dia em que eu ganhar uma dinheirada boa, a primeira coisa que eu vou fazer é comprar um sítio, depois fazer um tanque de peixe, criar um porquinho e um bodinho porque eu sou do nordeste”, planeja.

Mas, para ser o próximo a ganhar Pedro precisará contar com a sorte também. Segundo as contas do professor de Matemática Diego Marques Ferreira, a chance de um

apostador acertar os seis números da Mega-Sena é de uma em 50 milhões. “Se você jogar uma moeda para cima 25 vezes e nas 25 vezes ela cair virada do mesmo lado, ainda assim é mais fácil isso acontecer do que alguém ganhar na Mega-Sena”, explica. Apesar disso, a diarista Antonia Pereira vai insistir: “Jogo sempre na esperança de ganhar um dia”.

Frustração maior do que não ganhar é acertar os números e não levar o prêmio ou receber um prêmio menor do que o esperado. O servidor público Edgar Gomes de Melo e mais nove colegas de trabalho participaram de um bolão.



Eles acertaram quatro números da Quina e pensaram que resolveriam todos os problemas financeiros. Mas o prêmio de R\$300,00 não era bem o que esperavam. “A sensação de ganhar é maravilhosa. Eu pensei que tivesse ganhado um montante bem alto do prêmio. Mas, depois descobri que não era tão alto assim. Fiquei meio frustrado”, lamenta.

A loteria é uma relação de consumo entre os apostadores e a instituição bancária. Além de a legislação própria para reger os jogos lotéricos também pode ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor (CDC), caso alguém se sinta lesado.

Foi como se sentiu um aposentado de Minas Gerais que teve uma grande decepção depois de acertar os números que apostou. Ele ganhou sozinho na Quadra da Dupla-Sena. Depois de conferir os números, comemorou com a família e amigos. Entretanto, ele teve uma surpresa na hora de receber o dinheiro. O prêmio anunciado era de R\$ 110.374,81, porém o valor devido era de apenas R\$ 39,53.

O aposentado não teve dúvidas e foi à Justiça. A Caixa Econômica Federal (CEF) reconheceu o erro. Uma falha na atualização de dados provocou a impressão errada do resultado oficial.

HISTÓRIA DA LOTERIA

No Brasil, a primeira loteria de que se tem notícia foi realizada em 1784, em Vila Rica (atual Ouro Preto), capital de Minas Gerais à época. Com o dinheiro arrecadado foram construídos os prédios da Câmara dos Vereadores e da Cadeia Pública. A prática foi adotada em todo País, sendo que o governo dava concessões para sua exploração preferencialmente às santas casas, aos orfanatos e aos hospitais para evitar abusos, mas também a particulares. Foi o imperador D. Pedro II quem regulamentou o funcionamento das loterias por meio do Decreto nº 357, de 27 de abril de 1844.

A Caixa Econômica Federal é a responsável pelas operações dos jogos lotéricos no Brasil desde 1961. Jânio Quadros, na condição de presidente do País, determinou em 1961 que o governo federal seria responsável por todas as loterias do Brasil, incluindo seu funcionamento. Foi nesse momento da História que a Caixa Econômica Federal passou a administrar o sistema de sorteios.

A loteria federal foi a primeira comercializada pela Caixa, em 1962. Seu primeiro concurso aconteceu do dia 15 de setembro no Rio de Janeiro e sorteou as seguintes dezenas: 1º prêmio – 05349 (galo), 2º prêmio – 38031 (camelo), 3º prêmio – 26492 (urso), 4º prêmio – 25151 (galo) e 5º prêmio – 01416 (borboleta).

A Justiça Federal de Minas Gerais condenou a instituição financeira a pagar ao apostador R\$3.000,00 (três mil reais) por danos morais. O aposentado considerou o valor baixo e recorreu ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região, onde os desembargadores mantiveram a condenação e ainda aumentaram a indenização para R\$10.000,00 (dez mil reais).

O advogado Sérgio Palomares explica que a informação não foi passada adequadamente ao consumidor e que, portanto, houve falha na prestação do serviço. “Mais do que propaganda enganosa, a questão aqui é se a informação foi adequadamente apresentada ao consumidor, que se pautou nela ao criar uma enorme expectativa de recebimento de um determinado valor que, para aquele cidadão, era significativo. Logo, o dano se evidencia em decorrência dos reflexos que essa má informação acaba produzindo no convívio social, na vida da família daquele cidadão”.

Bilhete premiado – De acordo com o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para receber o prêmio o apostador deve apresentar o bilhete em perfeitas condições a uma casa lotérica ou uma agência da Caixa em no máximo 90 dias a partir da data do sorteio. Para não ter problemas na hora de receber o prêmio, o gerente nacional de loterias da Caixa, Edilson Carrogi, orienta: “primeiro o apostador precisa ter certeza de que saiu com o comprovante original da aposta emitido por um terminal lotérico autorizado pela Caixa. Esse bilhete tem todos os dados que serão necessários mais tarde para o recebimento de um eventual prêmio”. O gerente também recomenda cuidado com o bilhete: “é importante manter o comprovante intacto, longe de luz solar, de umidade e do contato com agentes químicos, pois o bilhete é termossensível”. Isso quer dizer que a impressão pode ser apagada.

Antes de pagar o prêmio é verificada a integridade visual do bilhete e depois é feita a leitura do código de barras. Se o



O maior prêmio já pago pela loteria foi o da Mega da Virada de 2014, que distribuiu R\$ 263,2 milhões para quatro apostadores que acertaram os seis números.

A Caixa identifica os ganhadores de prêmios acima do limite do Imposto de Renda, ou seja, acima de R\$ 1.903,98, em atendimento à legislação vigente. Tendo em vista a proteção conferida à intimidade e à vida privada do cidadão, assegurada no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, incisos X e XII, a Caixa não repassa informações sobre os ganhadores.



comprovante de aposta não estiver em condições adequadas, a instituição pode negar o pagamento, explica o advogado Maxmilian Patriota. “O Decreto-Lei nº 204 de 1967, que trata de loterias, tem uma regra bem clara de que o prêmio deve ser pago para quem apresentar o bilhete sem recusa. Mas o próprio decreto ressalva o direito de a instituição bancaria se recusar a fazer o pagamento do prêmio se o bilhete tiver algum tipo de adulteração ou dano”. Ele acrescenta que se, ainda assim, o apostador não concordar com a avaliação do banco deve recorrer à justiça, mas nesse caso caberá a ele o ônus da prova, ou seja, o apostador terá que provar que o bilhete é válido.

A regra também vale para os participantes de bolão. Apenas quem estiver com o comprovante danificado terá dificuldade para retirar o prêmio.

Comprovante inválido – Recentemente, chegou à Justiça Federal de Minas Gerais a reclamação de um apostador que não conseguiu retirar o prêmio porque o bilhete apresentado estava danificado. No processo, o apostador conta que guardou o volante no bolso da calça que foi lavada em seguida e só se deu conta disso depois do sorteio. Ele levou o comprovante, mesmo danificado, à agência da Caixa. Lá o bilhete passou pelas verificações de praxe e foi recusado. Em defesa, o banco apresentou fotos do estado do comprovante, que “não passava de uma massa disforme, entregue pelo autor, ainda com umidade, acondicionada em recipiente plástico”, conforme consta no processo. Além disso, a Caixa conseguiu provar que o bilhete premiado continha sete dezenas, enquanto que o apresentado pelo autor da ação registrou cinco dezenas.

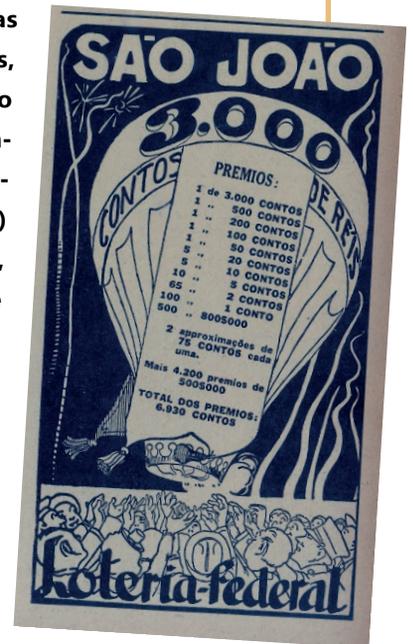
O Juízo Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG negou o pedido de pagamento da premiação. Então, o requerente apelou ao TRF1, porém os desembargadores que compõem a 6ª Turma negaram provimento ao recurso, e o apostador não terá direito ao prêmio. ■

Muitas apostas não são resgatadas, e esses valores são repassados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) após sua prescrição, em conformidade com a legislação. No ano de 2015, foram transferidos ao Fies R\$ 301,3 milhões. De janeiro a junho de 2016 já foram repassados R\$ 183 milhões. Os prêmios de qualquer uma

das loterias federais prescrevem em 90 dias corridos a contar da data do sorteio. O dinheiro dos prêmios prescritos (não resgatados no prazo) é repassado ao Fies.

O ganhador recebe prêmios de até R\$ 1.903,98 em qualquer casa lotérica credenciada ou nas agências da Caixa. Acima desse valor, somente nas agências da Caixa. Valores iguais ou acima de R\$ 10.000,00 serão pagos após a apresentação do bilhete na agência da Caixa.

Fonte: Caixa Econômica Federal



Instalação

RONDONÓPOLIS/MT GANHA
A SEGUNDA VARA FEDERAL



LEONARDO COSTA

Após 10 anos de sua inauguração, a Subseção Judiciária de Rondonópolis, em Mato Grosso, que tem sob sua jurisdição além de a cidade-sede da subseccional mais 13 municípios da região, ganhou mais uma vara federal.

Em solenidade realizada no dia 7 outubro foi instalada a 2ª Vara Federal – especializada em juizado especial federal (JEF) cível e criminal – conduzida pelo vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal Ítalo Fioravante Sabo Mendes, que representou o presidente do TRF1, desembargador federal Hilton Queiroz.

O vice-presidente do Tribunal, que é natural do estado, comemorou a implantação da 2ª Vara na cidade mato-grossense, unidade essa que já era esperada. “Esta vara é extremamente importante para a cidade de Rondonópolis e para toda a região, porque o volume de processos que aqui tramitam já justificava a criação desta vara já há tempos, de maneira que, com a implantação da segunda vara, hoje nós temos nos Juizados Especiais Federais uma oportunidade de dar uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente, porque é isso que as pessoas aguardam”, ressaltou o desembargador federal.



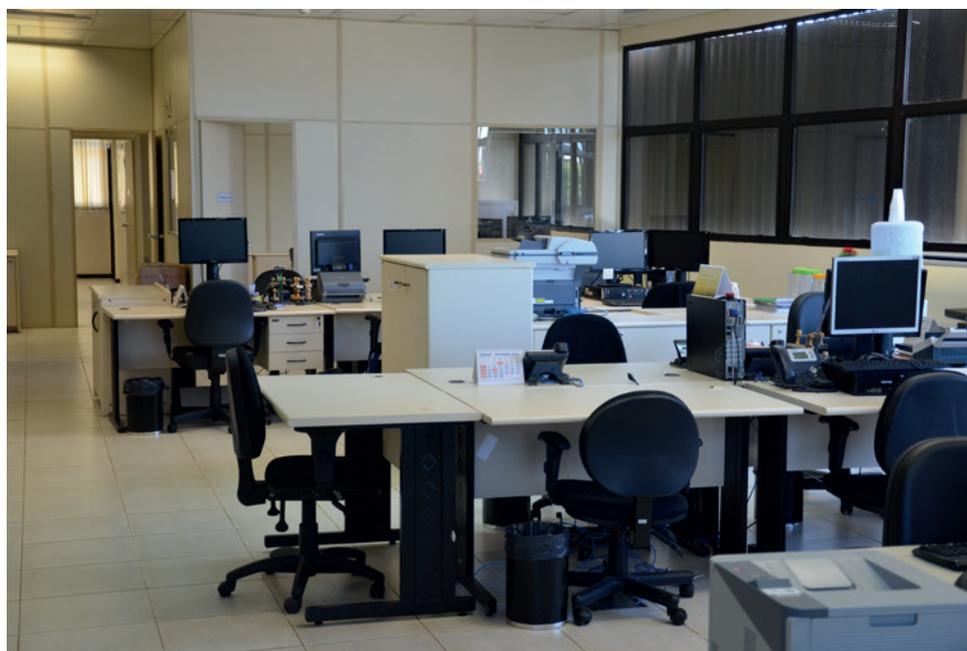
Senador da República, Wellington Fagundes; juíza federal Danila Gonçalves de Almeida; vice-presidente do TRF1, Ítalo Mendes; coordenadora dos JEFs da 1ª Região, Gilda Sigmaringa Seixas; diretor do foro da SJMT, Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza, e deputado federal Valtênir Pereira após o descerramento da placa inaugural

Com mais de 47.000 km² sob sua jurisdição, o que compreende cerca de 380 mil habitantes, a Subseção de Rondonópolis está localizada a 215 km da capital, Cuiabá, e possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado.

De acordo com o diretor do foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, juiz federal Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza, a recém-inaugurada unidade trará inúmeros benefícios aos jurisdicionados da região. “O acesso à Justiça é um princípio muito importante, porque com este vem mais



FOTOS: CARLOS RODRIGUES



cidadania. Sobretudo, uma vara nova de JEF vem trazer mais dignidade àquelas pessoas, geralmente às mais pobres, para as quais um salário mínimo de benefício assistencial ou previdenciário pode representar a diferença entre uma vida com mínimo de dignidade e a miséria”, disse o diretor.

Para a diretora em exercício da Subseção, juíza federal Danila Gonçalves de Almeida, que iniciou suas atividades na unidade em maio de 2013, a recém-instalada vara representa um grande reforço para a subseccional que já conta com 16 mil processos em tramitação, dos quais pouco mais de oito mil são da competência do JEF. “Só no último ano, foram proferidas 1.094 sentenças e decisões finais no âmbito do Juizado Especial Federal. No entanto, no mesmo período, foram distribuídos 4.557 novos processos, sendo 2.194 do JEF Adjunto”, destacou a magistrada.

Presente à solenidade, a coordenadora dos Juizados Especiais da 1ª Região (Cojef), desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, esclareceu que diante do grande

acervo, com o qual a recente vara inicia seus trabalhos, é importante que sejam observadas e valorizadas as formas alternativas de solução de conflitos. “A conciliação, quando ela é feita, além de resolver a demanda de início, ela alcança a paz social, diminui o custo e a tramitação de processos”.

Compuseram a mesa de honra, além de o vice-presidente do TRF1; a coordenadora dos JEFs/1ª Região; o diretor do foro da SJMT; a diretora em exercício da SSJ de Rondonópolis; o senador da República Wellington Fagundes; o deputado federal Valtenir Pereira; o presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis, Lourivaldo Manoel de Oliveira; o juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso Wanderlei José dos Reis; o procurador da República Paulo Taek; a promotora de Justiça Patrícia Eleutério Campos Dower e a vice-presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Rondonópolis, Adriana Regina Pietsch Tasacomori. ■

Casa arrumada

DESEMBARGADORA GILDA SIGMARINGA SEIXAS APRESENTA
RESULTADOS DA REESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA
DA 1ª TURMA AO PRESIDENTE HILTON QUEIROZ



THAINÁ SALVIATO

Na tarde do dia 11 de outubro, a presidente da 1ª Turma, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, e sua equipe receberam a visita do presidente do Tribunal, desembargador federal Hilton Queiroz. Acompanhado do diretor-geral, Carlos Frederico Maia Bezerra, e do secretário-geral, Ramiz Flávio Rocha (foto), o magistrado foi conferir o resultado do trabalho de gestão processual implementado pela desembargadora na Coordenadoria da 1ª Turma.

Quando assumiu a presidência da Turma, em abril de 2015, Gilda Sigmaringa Seixas encontrou um acervo superlotado, com 25 mil processos em tramitação ajustada e 90 mil processos nos três gabinetes que integram o órgão. Desde o início de sua gestão, a desembargadora se inquietou com o ambiente de trabalho em que se encontravam os servidores, com o seu exacerbado acervo e com o precário atendimento ao jurisdicionado. “Não adianta nada nós julgarmos com todo o esforço

realizado com o Projeto Piloto de Aceleração de Julgamentos (PAJ), e os processos ainda estarem aqui dentro do Tribunal. A sala da Coordenadoria não podia ser lavada, e os funcionários se perdiam atrás das pilhas de processos”, destacou.

Para solucionar o quadro de congestionamento, a magistrada iniciou um trabalho que envolveu a gestão processual, organizacional, de pessoal e de dados. Para tanto, foram utilizadas algumas estratégias e ferramentas de gestão:

- Elaboração do diagnóstico;
- Motivação dos gestores e colaboradores;
- Divulgação da missão, da meta e dos objetivos;
- Reorganização do ambiente;
- Adequação do perfil de cada servidor às diversas atribuições e funções;
- Remanejamento e distribuição/redistribuição das diversas tarefas;



**Antes
(fevereiro 2015)**

FOTOS: CARLOS RODRIGUES

**Depois
(março 2016)**



- Redução do acervo de baixa à origem e envio à Corec dos processos remanescentes;
- Reestruturação do ambiente físico, dividido em rotinas de atendimento (2º andar – balcão; publicação; prazos e ações virtuais) e rotinas de retaguarda (7º andar – pauta; Sepod: juntada; atos ordinatórios; procedimentos em embargos de declaração e em recursos para envio à Corec (físicos e virtuais) e baixa à origem);
- Flexibilização e otimização das rotinas e demandas às necessidades;
- Implementação de uma cultura institucional voltada para a proatividade e a prevenção;
- Disseminação de boas práticas.

Com a metodologia em prática e o engajamento de todos os servidores e colaboradores da Coordenadoria da 1ª

Turma, o trabalho atingiu excelentes resultados: no mês de setembro foram baixados 5.304 processos; 1.208 processos foram enviados à Coordenadoria de Recursos (Corec); seis mil petições foram juntadas, e houve movimentação em mais de seis mil processos físicos e virtuais. Atualmente, a Divisão de Estatística (Diest) mostra a redução do acervo de 28.307 para 17.582 (baixa real de 10.725 processos). De 18.984 petições para juntar, na data da inspeção realizada pelo Conselho da Justiça Federal em junho de 2015, somadas a outras quase 56 mil que entraram na Secretaria no período de junho/15 a 09/2016, restaram apenas 3.903.

O presidente do Tribunal parabenizou a magistrada pela iniciativa: “o melhor retrato do trabalho desenvolvido é este que estamos vendo, um ambiente bem mais saudável, até com ventilação natural na sala, os processos todos organizados. E eu observo, de um modo geral, a satisfação dos

servidores. É de se louvar o trabalho da desembargadora Gilda, que realmente tem se empenhado para melhorar as condições aqui nesta Seção”.

A desembargadora, presidente da 1ª Turma, agradeceu ao presidente pelo apoio da Administração que possibilitou a ampliação do espaço de trabalho da equipe que, hoje, conta com duas salas no Edifício-Sede II. “Nosso propósito é dar andamento a este trabalho até dezembro e, com os funcionários trabalhando mais dinamicamente, acredito que vamos vencer esta avalanche de processos que recebemos e que também estava represada, com a finalidade de atender à prestação jurisdicional. Espera-se que o acervo da 1ª Turma seja reduzido a um quantitativo menor que nove mil processos, possibilitando que os servidores trabalhem num ambiente mais saudável e que o Tribunal possa continuar com este olhar cuidadoso para o jurisdicionado hipossuficiente, que deve ser atendido com dignidade e excelência”, finalizou Gilda Sigmaringa Seixas. ■



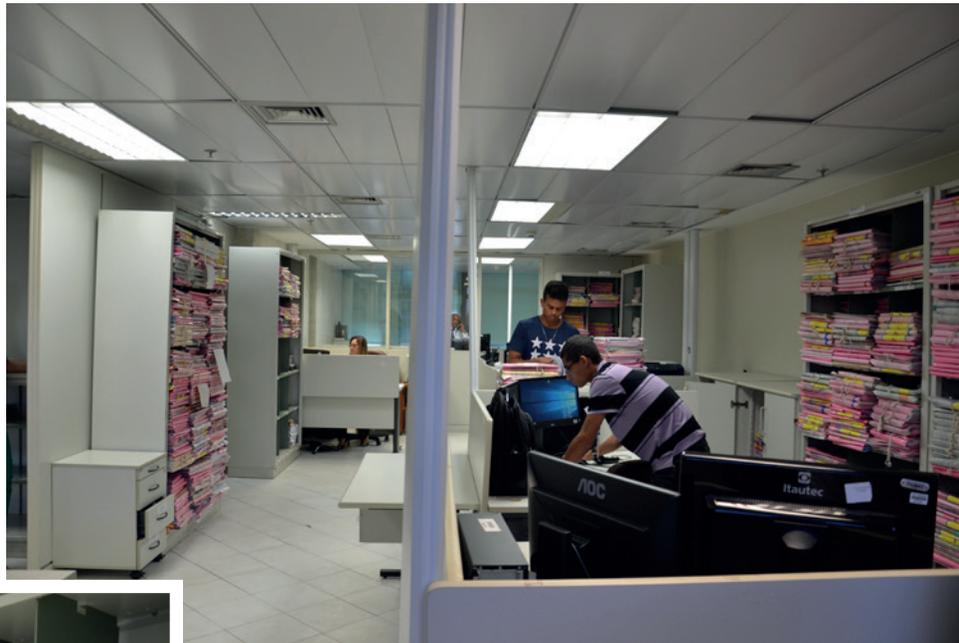
FOTOS: LEONARDO COSTA



A equipe agradece!

“Foi excelente! Vínhamos trabalhando de uma forma muito complicada, sem ter como organizar os processos porque não tínhamos espaço. À medida que conseguimos os espaços, nós nos organizamos melhor e estamos muito mais satisfeitos. Esta melhora se refletiu na nossa qualidade de vida, porque todos nós estávamos adoecendo. Eu mesma tive problema de coluna de tanto pegar processos no chão, mas, agora não, está tudo acondicionado em armários; a gente trabalha de uma forma mais tranquila, e estamos bem mais felizes”

Sassia Gonçalves Santos (Seção de Procedimentos Diversos)



“É louvável a iniciativa da desembargadora Gilda, pois foi ela quem se preocupou conosco, com a nossa situação aqui dentro, porque já estávamos no limite. Nós, servidores, já estávamos adoecendo com a nossa situação, e a magistrada vinha toda sexta-feira ver a nossa situação. E eu a agradeço muito pelo seu interesse, como também à colaboração da Administração em nos ceder os espaços também do 7º andar”

Regina Lucia Lopes de Oliveira Arruda
(Seção de Apoio ao Processamento da
Coordenação da 1ª Turma)



“Eu fiquei muito satisfeita de ter vindo para o 7º andar, e é muito importante dar vazão a estes processos, porque a ansia dos cidadãos é muito grande; então, a gente fica naquele afã de atendê-los”

Leila Aparecida Ferro Moreira



IMAGENS: ASCOM

Intercâmbio de ideias

TRIBUNAL REALIZA 1ª REUNIÃO DO FÓRUM
INTERINSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO
DA PRIMEIRA REGIÃO



▀ LEONARDO COSTA/TS

Com o propósito de ampliar a discussão sobre as práticas e os procedimentos nas demandas previdenciárias, visando ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, foi realizada na tarde do dia 17 de outubro no Plenário do TRF1 a 1ª Reunião do Fórum Interinstitucional Previdenciário da 1ª Região (Forprev-

TRF1), promovida pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região (Cojef).

A solenidade de abertura do evento foi presidida pela coordenadora da Cojef, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, e contou com a presença de diversas autoridades – cerca de 90 participantes –



FÓRUM INTERINSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO – FORPREV JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

do Tribunal, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU), além de a participação de magistrados coordenadores dos Juizados Especiais Federais (JEFs) e presidentes das Turmas Recursais da 1ª Região.

Em seu discurso, a coordenadora da Cojef destacou que atualmente tramitam nos Juizados Especiais Federais da 1ª Região mais de um milhão e duzentos mil processos. Quantitativo considerado por ela expressivo e que enseja a tomada de ações para a redução do acervo. “Precisamos agir. Peço a colaboração de todos aqui presentes para que reflitam a respeito desses números. (...). Os processos precisam ser resolvidos, e nós estamos aqui hoje pensando na melhor maneira de solucioná-los”, disse a magistrada.

Entre as discussões promovidas durante a reunião, foi apreciada, pelos presentes, minuta de resolução que dispõe sobre a criação de Fórum Interinstitucional Previdenciário no âmbito da 1ª Região, que terá, dentre seus objetivos, o propósito de apresentar subsídios para o incremento das formas alternativas de solução de conflitos e de realizar estudos e audiências públicas que visem ao melhor funcionamento da Justiça Federal em matéria previdenciária e em outras relacionadas a este tema.

Entusiasmado com a realização do encontro, o ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca destacou que “a realização do Fórum, com a participação das instituições e principalmente a do INSS, resgata um novo tempo em que a promessa constitucional das soluções pacíficas para as controvérsias e a construção de sociedade fraterna deixe de ser um mero registro do preâmbulo da

Constituição e se torne a era da efetividade dos direitos”.

O presidente do INSS, Leonardo de Melo Gadelha, considerou que a realização do Fórum é uma oportunidade das mais ricas para a solução de problemas do setor, uma vez que o instituto público que ele preside atende a uma grande demanda da população. Somente no ano de 2015 o INSS pagou R\$425 bilhões em benefícios, o que equivale a 8% do Produto Interno Bruto do País. “O INSS, como sabem todos vocês, tem dificuldades, trata-se de órgão que evoluiu muito ao longo dos últimos anos, mas que ainda tem no imaginário popular uma imagem a ser construída. (...) Então, é nosso interesse uniformizar os entendimentos, ouvir do Judiciário qual o caminho a trilhar para que nós possamos fortalecer as nossas instâncias recursais e assim diminuir o grau de judicialização da matéria previdenciária no País”.

Compuseram a mesa de honra da solenidade, além de a coordenadora da Cojef, o ministro do STJ Reynaldo da Fonseca; o presidente do INSS, o corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região, desembargador federal João Batista Moreira; o coordenador dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, desembargador federal João Batista Pinto Silveira; a procuradora da República Eliana Pires Rocha e o representante do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Chico Couto de Noronha Pessoa.

Entre outras autoridades, também estiveram presentes no Forprev a primeira coordenadora dos JEFs da Primeira Região, desembargadora aposentada Selene Maria de Almeida; os desembargadores federais Maria do Carmo Cardoso e Hercules Fajoses e o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), juiz federal Roberto Carvalho Veloso. ■

Justiça em Números

EDIÇÃO 2016 DO RELATÓRIO APONTA NECESSIDADE DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU, SOBRECARGA DE TRABALHO DE MAGISTRADOS E QUEDA INÉDITA DO NÚMERO DE CASOS NOVOS

THAINÁ SALVIATO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, no dia 17 de outubro, no auditório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a 2ª Reunião Preparatória para o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário. O objetivo do encontro foi divulgar e também debater os resultados da pesquisa Justiça em Números 2016, além de discutir e propor sugestões das metas nacionais do Judiciário para o ano de 2017.

A abertura da reunião foi realizada pelo corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, que dividiu a mesa de abertura com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Filho, e o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), William de Oliveira Barros (foto).

Ao destacar alguns resultados indicados pelo relatório, o corregedor nacional de Justiça apontou para a necessidade de aprimoramento da Política de Priorização do Primeiro Grau, afirmando que esta instância é fundamental para o bom funcionamento da Justiça Brasileira. "É necessário prestigiar a primeira instância, inclusive para retirar o interesse de a apresentação de recursos mera-



mente protelatórios", afirmou João Otávio de Noronha.

Isso porque o Relatório Justiça em Números 2016 revelou a necessidade de desenvolvimento e fortalecimento da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau. Os números mostram que o primeiro grau de jurisdição concentra 86% dos processos que ingressaram nos últimos três anos no Judiciário brasileiro e conta com 83% dos servidores. De forma global, foi verificado que a primeira instância possui maior quantitativo de casos novos, de carga de trabalho e de produtividade por magistrado e servidor da área judiciária.

A carga de trabalho, que engloba os processos baixados, os pendentes, os incidentes e os recursos internos por magistrado em atividade, também se mostrou muito superior no 1º grau, à exceção da Justiça Federal, onde o

AVALIAÇÃO NEGATIVA

Entre março e abril de 2016, o Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição realizou uma pesquisa de opinião com mais de cinco mil magistrados do 1º grau a respeito das políticas de priorização do primeiro grau de jurisdição. A pesquisa revelou que 85% dos entrevistados estavam insatisfeitos com a quantidade de servidores em suas unidades. Além disso, apenas 2,1% declararam algum envolvimento no processo decisório relativo à gestão de pessoas dos tribunais. Apenas 3,8% dos magistrados afirmaram acreditar que os recursos orçamentários são alocados de modo equilibrado entre os graus de jurisdição.



FOTOS: LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA ONU



levantamento revelou que o 2º grau concentra a maior quantidade de processos. A produtividade dos magistrados do primeiro grau também supera a do segundo em termos globais. Apenas as Justiças Federal e Eleitoral contrariam essa tendência.

O Poder Judiciário brasileiro encerrou 2015 com quase 74 milhões de processos em tramitação, com o ingresso de 27.280.287 novos casos e 28.479.058 ações baixadas. Ainda no quesito produtividade, o relatório mostra que, em média, cada juiz ficou responsável por solucionar 6.577 processos e conseguiu baixar 7,3 processos por dia e 1.760 ao ano. Nos

tribunais superiores, esse índice é de 7.703, enquanto na Justiça Federal ficou em 2.169. A Justiça Federal foi a única que conseguiu reduzir o número de casos pendentes em 2015 (-3,7%). No total, o crescimento dos casos pendentes foi de 2,6% no último ano e 21,8% no período 2009-2015.

Anualmente, o Relatório Justiça em Números apresenta o resultado do IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça), indicador que mede a eficiência comparada dos tribunais, independentemente do porte. Os tribunais considerados 100% eficientes são os que conseguem produzir mais com menos recursos. O cálculo do IPC-Jus é realizado

Carga de trabalho do magistrado, por justiça

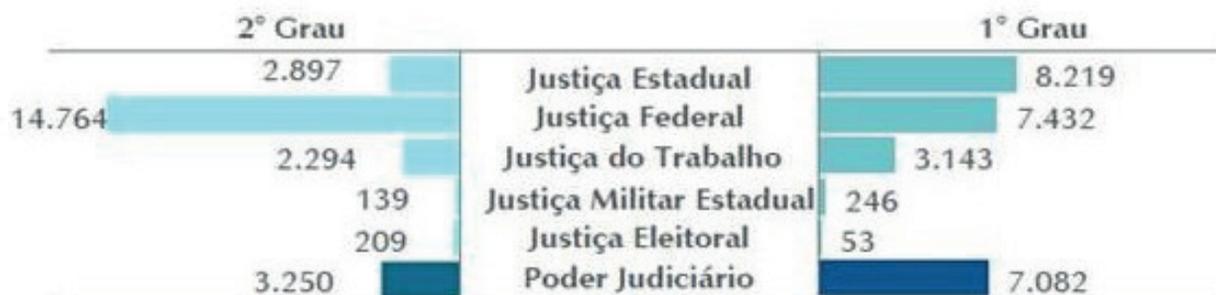


Gráfico 3.30 – Índice de produtividade dos magistrados, por segmento de justiça



de forma distinta na Justiça Federal, pois cada seção judiciária é avaliada individualmente. Nesta edição, a Seção Judiciária do Maranhão (TRF1) atingiu 100% de eficiência, acompanhada do Rio Grande do Norte (TRF5), de Alagoas (TRF5) e de São Paulo (TRF3).

Lentidão – Outra realidade constatada pelo Justiça em Números foi a de que a maior causa de aumento do tempo de tramitação dos processos está na fase de execução. Essa foi a primeira vez que o relatório apresentou informações sobre o tempo médio de tramitação processual e da execução dos processos de primeiro grau, o tempo médio atinge oito anos e onze meses na Justiça Estadual e 7 anos e 9 meses na Justiça Federal. De acordo com o Departamento de Pesquisa Judiciária do CNJ, os dados indicam a dificuldade enfrentada pelo Poder Judiciário para lidar com o estoque.

No universo de casos baixados, a execução também é a maior responsável pela demora. Desconsiderados os juizados especiais e levando-se em consideração todos os ramos da Justiça, em média, essa etapa dura quatro anos e quatro meses, enquanto o processo de conhecimento fica em onze meses. Nesse item, a Justiça Federal apresenta a maior distorção entre execução e conhecimento, com seis anos e um mês e dois anos, respectivamente.

Esta edição do Justiça em Números confirma a execução fiscal como um dos principais entraves para o andamento célere dos processos na Justiça Federal e, assim como em anos anteriores, esta fase continua sendo um entrave para a redução da taxa geral de congestionamento do Judiciário. Segundo a pesquisa, estes processos representam 39% dos casos que ficaram pendentes de baixa em 2015. Além disso,

a taxa de congestionamento nesse segmento é de 91,9%, ou seja, bem acima da taxa média do Judiciário, que é de 72,2%. Se estes processos fossem retirados do cômputo geral, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário apresentaria uma baixa de 63,4% e o acervo processual em tramitação cairia de aproximadamente 74 milhões para 45 milhões de processos pendentes.

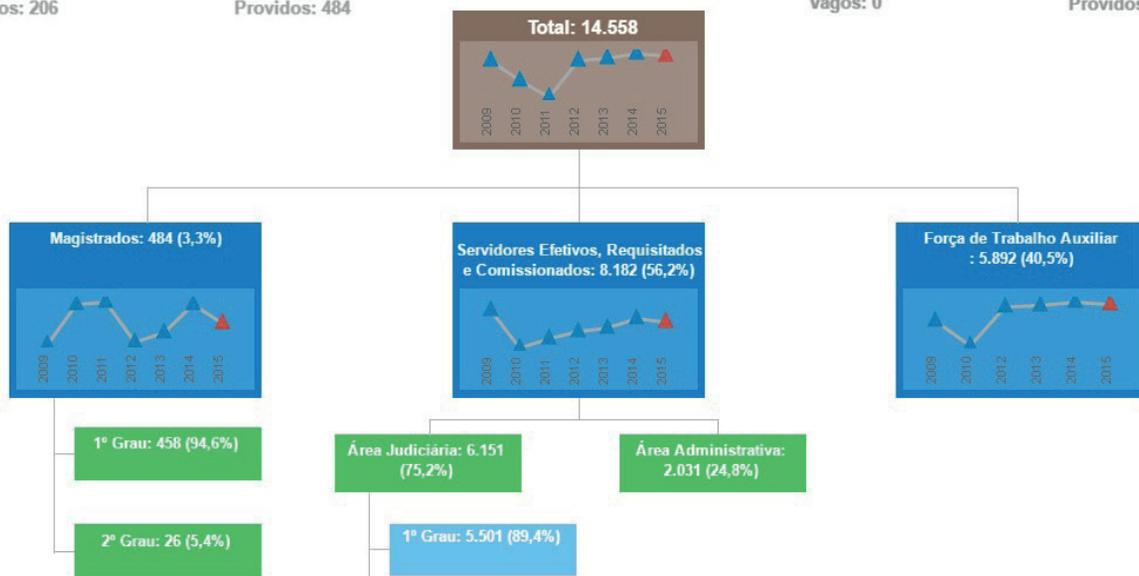
O Justiça em Números também revelou o preocupante número que de cada 100 processos que tramitaram em 2015 apenas 30,8, em média, foram baixados no mesmo ano. A situação é agravada pelo número excessivo de recursos interpostos pelas partes nas sentenças pronunciadas pelos juízes, ocasionando a demora da prestação jurisdicional –

Tempo médio do processo baixado

TRF 1ª Região em 2015



Força de trabalho da 1ª Região



em 2015 foram interpostos 5,2 milhões de recursos contra 34,7 milhões de decisões proferidas no primeiro e segundo graus de jurisdição.

Por outro lado, o levantamento do CNJ mostra que o número de casos que chegam à Justiça caiu e que os processos baixados superaram os casos novos pela primeira vez desde 2010. Os números mostram que 27 milhões de casos novos chegaram ao Judiciário em 2015, o que representa uma redução de 5,5% em relação ao ano anterior. Como o

Judiciário conseguiu manter o ritmo de baixa processual, com 28 milhões de processos finalizados ao longo de 2015, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) alcançou, no ano passado, o seu melhor desempenho na série histórica: 104,4%. Com isso, o Judiciário brasileiro encerrou o ano de 2015 com 74 milhões de processos ainda a serem baixados. A boa notícia alcança todos os ramos da Justiça, pois a pesquisa indica que o fato se repetiu em quase todos os segmentos. Na Justiça Federal, a queda no número de casos novos chegou a 10%.

Estrutura e despesas – Pela versão digital do Relatório Justiça em Números 2016, disponível no *site* do CNJ (<http://paineis.cnj.jus.br/>), podem-se acessar os gráficos referentes à composição da força de trabalho e os dados detalhados sobre como o orçamento foi gasto durante 2015. É possível fazer a pesquisa personalizada por tribunal, e ao escolher o TRF1, os gráficos mostram que a Justiça Federal da Primeira Região conta com uma força de trabalho de 14.558 pessoas, sendo 484 magistrados, 8.182 servidores e 5.892 postos de força de trabalho auxiliar. Os números mostram que 94,6% dos magistrados estão no primeiro grau, maioria que também se observa em relação aos servidores, entre os quais 89,4% estão na primeira instância.

Quanto às despesas, o Justiça em Números Digital indica que 83,8% dos gastos do Tribunal foram com recursos humanos, enquanto 12,5% foram gastos com informática e 16,2% com outras despesas.





Novidades – Este ano, o relatório passou a contar com mais um critério de avaliação: a aferição da taxa de congestionamento líquida, que desconsidera os processos que não podem ser julgados porque aguardam uma definição uniforme dos tribunais superiores. O novo índice se reflete diretamente no índice de congestionamento bruto, que na Justiça Federal é de 71,6%, mas, descontados os processos que estão suspensos, cai para 59,1%.

Durante a apresentação do relatório, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Leilo Bentes, conselheiro do CNJ, destacou, ainda, outras novidades na publicação desta edição do Justiça em Números, como o módulo de produtividade mensal. “Pela primeira vez, a sociedade brasileira tem acesso ao módulo de produtividade mensal, mediante uma importantíssima ferramenta digital que permite, além de o acesso aos dados, o seu cruzamento em diversas possibilidades de produção de relatórios”, disse o ministro. Segundo ele, este é um avanço que contribui de forma significativa para a transparência do Poder Judiciário e para a prestação de contas permanente à sociedade brasileira.

O ministro se refere ao Justiça em Números Digital que, com auxílio de uma ferramenta de exploração de dados, permite o acesso aos dados do relatório de forma dinâmica. Os painéis de consulta dão ao usuário total flexibilidade na composição das informações e podem ser acessados por meio de *tablets* e *smartphones*. A ferramenta é composta inicialmente de dois módulos: um com os dados das pesquisas Justiça em Números desde o ano de 2009 e o outro com as informações contidas no módulo “Produtividade Mensal” do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ).

No módulo “Painel” é possível acessar todas as informações contidas no relatório publicado anualmente. A identidade visual é a mesma do relatório físico, mas o acesso aos dados é feito apenas com alguns cliques. Na aba “Resumo”, pode-se fazer consultas dos principais indicadores por ano e por tribunal.

Já em relação à aba “Tempo”, esta ferramenta traz os indicadores referentes ao tempo de tramitação processual no Poder Judiciário e em cada tribunal, com detalhamento por tipo de unidade judiciária e por fase do processo. Há ainda indicadores referentes ao tempo da sentença, tempo da baixa e tempo médio de tramitação dos processos pendentes. Neste caso, as informações estão disponíveis apenas a partir de 2015, pois estes indicadores começaram a ser produzidos nesse ano.

Esta edição do relatório também apresenta, pela primeira vez, o levantamento dos processos resolvidos por meio de acordos, em mediações ou conciliações, em toda a Justiça brasileira. Os resultados revelaram um índice médio de conciliação em 11% das sentenças, resultando aproximadamente em 2,9 milhões de processos finalizados de maneira autocompositiva. O Índice de Conciliação é o indicador que calcula o percentual de decisões e sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de decisões terminativas e de sentenças.

Nessa área, a Justiça Federal atingiu a marca de 3% de Índice de Conciliação. De acordo com análise do CNJ, esta marca pode ser reflexo do perfil deste ramo da Justiça, cuja competência trata, em sua maioria, de conflitos que têm por objeto matérias envolvendo Direito Previdenciário, Tributário ou Administrativo, nos quais o poder público é um dos polos da relação jurídica processual.

O Relatório Justiça em Números é a principal fonte de estatísticas oficiais do Poder Judiciário, publicado anualmente. Desde 2004, o documento fornece uma avaliação detalhada da realidade dos tribunais brasileiros e, este ano, conta com novos indicadores e ferramentas de consulta e análise. O relatório fica disponível na página do CNJ (www.cnj.jus.br), na área de “Programas e Ações”, no *menu* “Justiça em Números”. Nesta página também podem ser consultadas as edições anteriores da publicação. ■

Fonte/imagens: Justiça em Números 2016



Capacidade Reforçada

INSTALAÇÃO DA 5ª VARA FEDERAL EM PALMAS DARÁ AGILIDADE NO JULGAMENTO DE MILHARES DE PROCESSOS

▼ SAMUEL DALTA/TS

O julgamento de quase 18 mil processos que tramitam atualmente na Justiça Federal, referentes ao Juizado Especial Federal (JEF) e às ações de execuções fiscais, será agilizado com a instalação da 5ª Vara da Seção Judiciária do Tocantins (SJTO). A solenidade, que marcou o início do funcionamento da nova unidade, aconteceu na tarde do dia 10 de outubro, no auditório da sede da Justiça Federal em Palmas.

Em seu pronunciamento, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Hilton Queiroz, falou da importância do novo órgão julgador para a população do Tocantins, principalmente para os que aguardam o julgamento de processos de natureza previdenciária – área responsável em quase 100% das ações do JEF.

O presidente Hilton Queiroz destacou que a implantação de uma vara representa muito mais que um aumento de despesas. “Foi dito e lembrado que isso poderia causar um impacto, pelas dificuldades do momento, com o acréscimo de despesas geradas que advenham com a implantação das varas. É possível, mas a Justiça, isso no meu entender, não se mede apenas por essa relação de produção de riqueza e gasto. Não é isso; a Justiça é um serviço essencial de toda a sociedade”, disse o magistrado.

O diretor do foro da SJTO, juiz federal Gabriel Brum, expôs dados que demonstram a relevância da nova unidade do Judiciário. “O último ‘Relatório do Justiça em Números’ revela

que a Justiça Federal, no último exercício apurado, arrecadou R\$ 9,8 bilhões aos cofres públicos e teve uma despesa total de R\$ 8,7 bilhões”, explicou o magistrado, concluindo, ainda, que a despesa do Poder Judiciário Federal foi menor do que sua arrecadação, com um saldo positivo de R\$ 1,1 bilhão.

A 5ª Vara Federal, instalada em Palmas, tem como especialidades o JEF e a execução fiscal. A unidade passou a atender à demanda processual de 52 municípios que compõem a jurisdição da capital. Os processos que já tramitam na 3ª Vara, também especializada em JEF, serão distribuídos com a recém-inaugurada vara – cerca de nove mil ao todo. Em relação às mais de 8,5 mil ações de execução fiscal, que antes tramitavam na 1ª e 2ª Varas da SJTO, agora a tramitação passará a ocorrer apenas na 5ª Vara, que tem como titular o juiz federal Jucélio Fleury Neto.

Também participaram da solenidade: o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador Ronaldo Eurípedes; a presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Ângela Prudente; o procurador-chefe do MPF no Estado, Álvaro Manzano; o procurador-geral do Estado, Sérgio do Vale; a vice-presidente da OAB/TO, Lucélia Sabino, entre outras autoridades. O evento contou, ainda, com a apresentação da “Orquestra Sinfônica Amor Perfeito”, composta por alunos da Escola Estadual Vila União. ■

Homenagem merecida

28
de
OUTUBRO

**Dia do Servidor
Público**



**TREFI
FESTO**

DIA DO SERVIDOR PÚBLICO É CELEBRADO
COM PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS PELA
PRIMEIRA REGIÃO

▼ THAINÁ SALVIATO/COM INFORMAÇÕES DAS SECOS

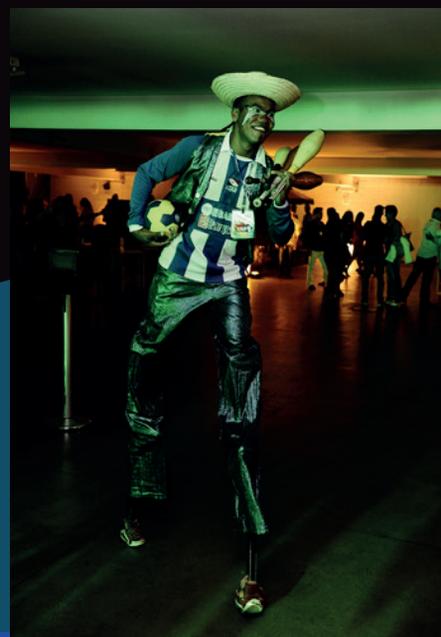
Este ano, o Dia do Servidor Público foi comemorado em grande estilo no TRF da 1ª Região. Para celebrar a data, foi realizada uma programação especial com festival de *food trucks*, além de aula de Charme, DJ, bandas e apresentações artísticas de integrantes do corpo funcional do Tribunal.

O TRF Fest – realizado pela Administração do Tribunal por meio da Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial (Asrep) e com o apoio da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), da Divisão de Segurança e Serviços Gerais (Diseg), da Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng), da Divisão de Modernização Administrativa e Produção Editorial (Dimpe), da Secretaria do Bem-Estar Social (Secbe) e do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SindJus) – aconteceu no dia 28 de outubro, na garagem do Edifício Anexo I, e foi dedicado exclusivamente ao corpo funcional do TRF1 e da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Quem participou da festa pôde aproveitar o cardápio variado, de comidas e bebidas, oferecido pelos 15 *food trucks* e *food bikes*. A diversão ficou por conta da aula coletiva de Charme com o grupo 'Seja Charme', do qual a servidora da Coordenação de Taquigrafia (Cotaq) Sônia Maria faz parte, que relembrou sucessos dos anos 80 e 90 com as famosas coreografias que marcaram a época ao som do DJ Antônio Júnior, servidor do gabinete do desembargador federal Mário César Ribeiro. Além de a apresentação da dança, o evento contou com a participação de talentos da Casa que animaram a noite com muita música:

- Banda Caosofônicos (integrada pelo servidor Ronan Teixeira – Gab. Des. Néviton Guedes);
- Dupla Ronan e Elisa (formada pelo servidor Ronan Teixeira e sua filha);
- Banda Black Shirts (integrada pelo servidor Daniel Arruda, da Coordenação dos Juizados Especiais (Cojef);
- Banda Tour (integrada pelo servidor Cláudio Faustino, da Divisão de Engenharia (Dieng).

A programação também contou com a apresentação do artista Amarildo Alves (estátua viva), do violoncelista Rafael Oliveira, do malabarista Cesar Paraense e do artista plástico Diogo Santana.



FOTOS: PROF-ORIE



O Dia do Servidor também foi comemorado em algumas das seccionais da Primeira Região:

Acre – Para comemorar a data, a Seção Judiciária do Acre (SJAC) realizou na semana de 24 a 28 de outubro várias atividades nas áreas de saúde e cultura. A primeira delas foi “Cuidando da Saúde”, com o apoio do Centro de Saúde Rosângela Pimentel, que aconteceu nos dias 24 e 25. Durante a atividade, foram oferecidos alguns serviços: aferição de pressão arterial; teste de glicemia; teste rápido para hepatites B e C, HIV e sífilis; roda de conversa com fisioterapeuta pélvica; palestra com a psicóloga Michela Lima sobre o tema “Psicoterapia: um valioso recurso frente ao sofrimento”; consultoria de maquiagem e vacinação contra hepatite B, febre amarela e tétano.

Já nos dias 27 e 28, foi realizada a Feira de Talentos, que contou com recitação de poesias, apresentação de *Tai Chi Chuan*, exposição de fotografias e apresentações musicais.

Também no mês de outubro, os magistrados, servidores e estagiários da 2ª Vara da SJAC se mobilizaram em prol do Outubro Rosa. A campanha surgiu em 1990, na Primeira Corrida pela Cura, realizada em Nova York, quando o laço cor-de-rosa foi lançado pela fundação “Susan G. Komen for the Cure” e que tem por objetivo esclarecer toda a população acerca da importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. Informação ainda é a melhor forma de prevenção!

Amapá – A Seção Judiciária do Amapá (SJAP) promoveu a Semana do Servidor Público com uma programação recheada de eventos voltados para as áreas da saúde e da beleza. Com grande empenho da Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes/AP) e do Serviço de Atendimento Médico e Odontológico (Seamo/AP), foram realizadas parcerias com profissionais, clínicas e lanchonete para proporcionar uma semana agradável e diferenciada para aos servidores.

A programação se iniciou no dia 24/10 com a palestra da nutricionista Belmira Souza sobre nutrição, seguida da palestra sobre ergonomia e tratamento de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT’s), ministrada por uma equipe de fisioterapeutas.

Nos demais dias, houve atendimento e palestras nas áreas de quiropraxia, acupuntura, pilates, estética facial, ortodontia, além de a realização de exames preventivos.

Em meio à celebração, acontecia no Consultório Odontológico da SJAP a Semana do Dentinho, com aplicação de flúor em crianças de 5 a 12 anos e distribuição de kits

28
de
OUTUBRO
Dia do Servidor
Público



Acre



Amapá



SECOSSMA



Maranhão



SECOSSMA



Mato Grosso

de higiene bucal aos dependentes de servidores e terceirizados. Os servidores foram brindados ainda com um *coffee break* oferecido pela lanchonete recém-instalada na Seccional.

As atividades foram encerradas no dia 27 de outubro com a palestra sobre ortodontia ministrada pela dentista Carolina Feio. Os servidores ainda participaram do sorteio de três cortesias para tratamento corporal e facial em uma clínica de estética.

Maranhão – A comemoração do Dia do Servidor aconteceu um pouco mais tarde na Seção Judiciária do Maranhão (SJMA). Nos dias 8 e 9 de novembro, a Seccional realizou a Feira de Saúde 2016 como forma de homenagear seus colaboradores. A programação da Feira contou diversas atividades como avaliação postural, oficinas, palestras e muita informação sobre cuidados com a saúde. A iniciativa teve a parceria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A equipe multidisciplinar da UFMA realizou, ainda, uma avaliação completa que incluiu a análise da postura, flexibilidade, presença de dor, composição corporal, peso, estatura, força, nível de estresse, qualidade de vida e avaliação nutricional.

Também aconteceram oficinas de lutas e *show* de dança, além de a palestra “Atividade Física e Saúde”, com o professor Mário Norberto Sevilho de Oliveira Júnior, do Departamento de Educação Física da UFMA, e um bate-papo sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS-MA) com a servidora Ana Paula Fernandes, da Seção de Modernização Administrativa (Semad/MA).

No último dia, os servidores também puderam prestigiar a palestra “Como lidar com a pessoa em sofrimento emocional”, com a psiquiatra Sâmia Jamile Dualibe Coelho.

Mato Grosso – A Seção Judiciária de Mato Grosso (SJMT) realizou a “Semana Bem-Me-Quero: Viva o Servidor!”. Foram cinco dias de evento, idealizados com o objetivo de marcar a data, celebrar o servidor público e o seu relevante trabalho no âmbito do Poder Judiciário da União. As palestras, *workshops*, oficinas, cursos, vivências e tratamentos diversos foram inseridos num contexto de cuidado com o servidor, patrimônio humano da Justiça Federal, com a promoção de ações de incentivo aos cuidados com a saúde, alimentação e bem-estar físico e emocional.

O juiz federal diretor do foro, Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza, abriu os trabalhos falando da

importância dos servidores públicos. A diretora da Secretaria de Administração (Secad), Analídia Abílio Diniz, e a diretora do Núcleo de Recursos Humanos (Nucre), Glória Maciel, também compuseram a mesa de abertura.

Os cursos e palestras abordaram os mais diversificados assuntos: "Culinária Detox", "Homem: Saúde, Paternidade e Cuidado", "Organização: o que ganho com isso", "Cuidados com a Pele", "Prevenção e Segurança Pessoal", "Oficina de Maquiagem", "Cuidados com os Cabelos" e "O Sucesso é Ser Feliz com Resultado".

Já os tratamentos incluíram "Shiatsu para os Pés e a Cabeça", "Sessão de Dessensibilização e Reprocessamento através de Movimentos Oculares ou Bilaterais – EMDR", "Massagem Quick" e "Spa para as mãos". As oficinas e tratamentos tiveram ampla repercussão entre os servidores da Justiça Federal, assim como as primeiras palestras, que foram realizadas no Auditório da SJMT, que teve sua lotação de 100 lugares quase atingida.

Em tempos de contingenciamento de recursos e com perspectivas factíveis de agravamento dos cortes a que o Poder Judiciário vem sendo submetido, o projeto, que contou com oficinas e tratamentos dispendiosos, além de palestras e cursos remunerados, teria sido inviável. Sua concretização só foi possível mediante o patrocínio do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal do Estado de Mato Grosso (Sindijufe/MT) e do Programa de Qualidade e Vida no Trabalho (PGQVT). Outro fator determinante foi o apoio e a cooperação de clínicas, empresas de cosméticos, médicos, fisioterapeutas, nutrólogos e outros profissionais locais que de pronto abraçaram o projeto, acolhendo o convite de formular cursos, palestras e tratamentos gratuitamente aos servidores.

Minas Gerais – No período de 24 a 28 de outubro, magistrados, servidores e terceirizados da Justiça Federal de Minas Gerais participaram de várias atividades programadas em comemoração à Semana do Servidor. O evento foi promovido pela diretoria do foro em parceria com o Comitê Gerencial do Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar dos Magistrados e Servidores do TRF da 1ª Região (Pro-Bem).

A programação abrangeu exames médicos; atividades de relaxamento e lazer; a realização da segunda turma de multiplicadores da ginástica laboral; o Seminário do SITRAEMG sobre temas de interesse do servidor e o *workshop* sobre os desafios da preparação para aposentadoria, ministrado pela consultora Edina Bom Sucesso, psicóloga e mestre em Administração de Empresas.



Minas Gerais



Piauí

SECO/PI

O “Bazar do Desapego”, realizado no segundo dia do evento, arrecadou cerca mil produtos que serão destinados a entidades beneficentes.

Durante o período da Semana do Servidor, também foi realizada a Exposição “Juizado Itinerante, Justiça para todos”, organizada pelo Centro de Memória da SJMG.

Já no último dia da programação, durante o encerramento das atividades, houve a apresentação do Coral do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e, em seguida, foi encenado o espetáculo teatral “Um Solteiro Fora de Forma”, no auditório do edifício Euclydes Reis Aguiar.

Piauí – Na Seção Judiciária do Piauí (SJPI) as atividades comemorativas também foram prolongadas. A Semana do Servidor da SJPI aconteceu no período de 24 a 28 de outubro e começou com a palestra “Saúde do Homem”, proferida pela coordenadora estadual de Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, Valdite Barros da Costa, enfermeira e especialista em Saúde Pública. A palestra teve como objetivo alertar sobre a importância dos cuidados com a saúde, sobretudo do ponto de vista preventivo para doenças como hipertensão, diabetes e doenças relacionadas à próstata. Os servidores também puderam contar com o serviço de aferição de pressão e de teste de glicemia.

No dia 25, foi celebrada uma missa em homenagem ao Dia do Servidor Público pelo padre Antonio Luiz. Já no dia 27, a programação teve continuidade com a palestra “Noções de Meio Ambiente e Coleta Seletiva de Resíduos”, ministrada por Sabrina Maria Vieira Mendes, representante da Litucera Engenharia e Limpeza. A palestra faz parte da campanha “Gestão Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região” e teve como objetivo destacar a importância social da coleta seletiva, e, sobretudo, da redução dos impactos ambientais provocados com a destinação correta dos materiais descartados.

Para encerrar as comemorações, no dia 28 de outubro foi realizada a solenidade de homenagem aos servidores pelo tempo de dedicação à Justiça Federal da Primeira Região. Durante o evento, foram homenageados os servidores que completaram 10, 20 e 30 anos de serviço. Após a cerimônia, houve sorteio de brindes disponibilizados pelos expositores da feirinha, que ocupou o *hall* de segundo andar, e um *coffee break* oferecido pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pela Associação dos Juizes Federais do Piauí (Ajufepi). ■

TREFFEST!

FOTOS: PROFORME







Arte de BRINCAR

▀ GUILHERME CORRÊA/TS

No mês da criança, o espaço cultural do TRF da 1ª Região recebeu, entre os dias 3 e 14 de outubro, a exposição 'Arte de brincar', do artista Ricardo Vasconcelos Pessoa. A mostra contou com brinquedos de madeira, todos produzidos e confeccionados artesanalmente, de diferentes estilos e tamanhos, com o propósito de levar às crianças uma forma alternativa de diversão e entretenimento.

Além de artista e autodidata, Ricardo é também servidor (técnico judiciário administrativo) do TRF1 desde 1989. Desde pequeno demonstrava interesse pela arte, até que com sete anos começou a fazer desenhos infantis da Disney com traços apurados. Com o decorrer do tempo, suas técnicas foram sendo aprimoradas com

desenhos e figuras mais elaboradas como rostos de pessoas, transitando em seguida para a pintura a óleo sobre tela, pintando em seus trabalhos paisagens, flores, cavalos e outros itens. Foi este dom desenvolvido com técnicas próprias que o levou a participar da 1ª Exposição Artística do TRF, em 1995. Seu primeiro contato com a madeira veio quando ao pesquisar molduras para os seus quadros, viu que elas eram muito caras. Foi então que surgiu a ideia de fazer suas molduras. Entretanto, se deparou com a dificuldade de criá-las, porque além de a combinação de cores, tons e texturas, deveria colocá-las em esquadro, com encaixes perfeitos e ângulos de 45°, e para isso seria preciso utilizar ferramentas apropriadas que exigiam habilidades e técnicas de artesanato.



FOTOS RAMON PEREIRA



Ricardo é casado, tem duas filhas. Quando nasceu a primeira, a Catarina, ela precisou de um berço, pois “estava dormindo dentro de uma gaveta. Este foi meu primeiro desafio, criar um berço”, disse. Para isso, teve de seguir normas de segurança do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), o que lhe deu a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos em normas de segurança para produtos e brinquedos para crianças, além de as técnicas artesanais. Fabricou então móveis, para pendurar em berços, de diversas formas e pequenos brinquedos de madeira com texturas e formas variadas.

Com sua atenção voltada para as filhas, Ricardo passou a observar mais o comportamento dos filhos de outros casais, e uma coisa chamou muito a sua atenção: “Quando temos filhos, passamos a observar os filhos dos outros. Foi quando percebi que os filhos daqueles casais só brincavam com *Game Boy*, *Tablets*, *Smartphones* e outros do gênero. Achei aquilo um pouco absurdo e pensei que não queria aquilo para as minhas filhas”. O técnico judiciário passou, então, a criar os brinquedos para elas e a pesquisar brinquedos que, além de divertir as crianças, “permitissem o seu desenvolvimento intelectual e motor”.

Para a surpresa de alguns, os brinquedos expostos foram pesquisados e produzidos pelo Ricardo, que conta apenas com a ajuda de sua mulher. Com cuidado e zelo, cada corte na madeira é feito cautelosamente, desde a lixação, a montagem, o verniz, tudo passo a passo. “Eu não estou com a pretensão de virar uma indústria; se virar, paciência! O objetivo é compartilhar a felicidade das minhas filhas e sair deste mundo tecnológico”, concluiu. ■

Contatos do artista:
Ricardo Vasconcelos Pessoa
(61)99972-4870
ricardo.pessoa@trf1.jus.br

AVC

O PROBLEMA SURGE NO CÉREBRO E, SEGUNDO A OMS, A CADA UM MINUTO SEIS PESSOAS MORREM DE DERRAME



▀ GABRIELLI NICOLAU/TS

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Acidente Vascular Cerebral (AVC) mata quase sete milhões de pessoas no mundo a cada ano. No Brasil, estima-se que haja mais de 100 mil mortes por ano. De acordo com o Ministério da Saúde, desde 2011 a doença se tornou a segunda causa de óbito no País, perdendo apenas para o infarto.

O Dia Mundial de Combate ao Acidente Vascular Cerebral é comemorado no dia 29 de outubro e tem o objetivo de conscientizar as pessoas sobre as formas de prevenção do popularmente conhecido “derrame”, uma doença que atinge cerca de 18 milhões de pessoas no mundo.

O acidente vascular cerebral acontece quando os vasos que levam sangue ao cérebro ficam entupidos ou são

rompidos. Esse rompimento pode provocar a paralisia da área cerebral que ficou sem circulação sanguínea adequada.

Existem dois tipos de derrame: o isquêmico e o hemorrágico. O primeiro se dá pelo entupimento de alguma artéria cerebral, quando há uma obstrução que impede a passagem de oxigênio para as células do cérebro. Como consequência, essas células morrem no processo chamado de isquemia. O segundo ocorre com o rompimento do vaso cerebral, causando uma hemorragia. Esse tipo de AVC é o mais comum e causa mortes mais frequentes do que o isquêmico.

Sintomas – Os sintomas mais comuns do derrame são a diminuição ou perda súbita da força na face, no braço

ou na perna de um lado do corpo; alteração aguda na fala; dificuldade para articular, expressar ou compreender a linguagem; dor de cabeça intensa repentina e sem causa aparente. Além de esses principais, há outros sinais de um possível AVC como sensação de formigamento na face, no braço ou na perna; perda brusca de visão em um ou nos dois olhos; instabilidade, vertigem e desequilíbrio associado a náuseas ou vômitos.

Segundo o médico clínico Flávio Alberto Botelho, o sintoma mais evidente é a dormência de um ou dos dois lados do corpo. Ele explica que o lado afetado do cérebro é o oposto ao da parte do corpo paralisado. Por exemplo: se a artéria entupida estiver no lado esquerdo do cérebro, o braço, a perna e até mesmo a face do lado direito da pessoa é que começa a sentir fraqueza e dormência. “Quando é muito intensa e afeta grande parte do cérebro, o indivíduo pode perder a consciência e desmaiar”, afirma.

AVC hemorrágico – Entretanto, há casos em que o derrame começa com uma dor mais comum. A executiva Fernanda Márcia Alves, 39 anos, sofreu um AVC hemorrágico em 2012. Tudo começou



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

com uma dor de cabeça que os analgésicos não resolveram. Como não apareceu em um compromisso, uma colega de serviço foi procurá-la e a encontrou quase sem conseguir falar.

Sua tia, Maria da Glória Alves, conta que seguiram para o pronto-socorro, e após vários medicamentos e a insistência dela para verificar melhor a situação, a médica pediu uma tomografia. Ela não conseguia mais falar nem se mover, entrando em um estado de pré-coma. “Outro médico disse que era grave, mas que ali não tinha condições de atendê-la. Fomos para outro hospital e ficamos na sala de espera até ela entrar em coma profundo. Então, foi encaminhada para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), na entubação”, relata Maria.



No dia seguinte, um médico levou Fernanda para uma cirurgia e afirmou que a chance de ela sobreviver era mínima. “O procedimento durou oito horas, e ela poderia morrer a qualquer momento”, conta a tia.

O médico Flávio diz que em até seis horas depois do acidente um hospital que possui o protocolo para tratamento da isquemia cerebral deve iniciar o método de conter o AVC, no tipo isquêmico, tentando desobstruir a veia e dissolvendo o coágulo. Como o caso de Fernanda foi hemorrágico, ele esclarece que a cirurgia é a melhor opção. “Nesse caso, que é mais complicado, o processo de salvação é por meio de cirurgia, retirando o sangue do cérebro, ou então devem ser ministrados remédios que ajudem o cérebro a reabsorver esse sangue”, explica.

Sequelas – Há três categorias de sequelas do AVC: as motoras são as mais comuns e frequentes e afetam o movimento de um ou dos dois lados do corpo (a depender do hemisfério do cérebro afetado). Pode causar paralisia total, quando atinge o braço e a perna, ou parcial, que engloba apenas um dos membros.

O tipo neurológico depende do local do cérebro que foi lesionado. O paciente pode ficar com a boca torta; apresentar perda de memória (podendo ser definitiva ou não); ter dificuldade em se expressar, falar, comer e engolir a própria saliva; ter paralisia facial; sofrer de desequilíbrio, dificuldade na localização espacial e ainda ter uma sensação de queimação no lado afetado.

A última classe de sequela é a emocional, que pode causar depressão, impaciência, dificuldade nos relacionamentos, isolamento, revolta e até mesmo a negligência do lado do corpo que está paralisado.

Fernanda entrou em coma depois da cirurgia. Dez dias após a intervenção cirúrgica, com o risco de ela falecer a qualquer momento, os médicos tentaram tirá-la do coma. Apesar de o sucesso no procedimento, a executiva ainda estava em estado grave.

Sua tia Maria comenta que, “em consequência, ela não andava, não tinha controle da bexiga e não enxergava bem de um olho. Hoje, ela está recuperada dessas sequelas, porém ficou com o lado esquerdo do corpo comprometido”.

Prevenção – O médico Flávio Alberto alerta para os fatores de risco do acidente vascular cerebral. “Quem sofre de obesidade, diabetes, hipertensão e tenha mais de 45 anos deve tomar cuidado com a saúde”, diz. Ele também fala que AVC em jovens é raro, mas não deixa de existir.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO EPS

O exame periódico de saúde deve ter uma frequência estabelecida pelos critérios:

BIENAL: para magistrados e servidores com idade entre 18 e 45 anos.

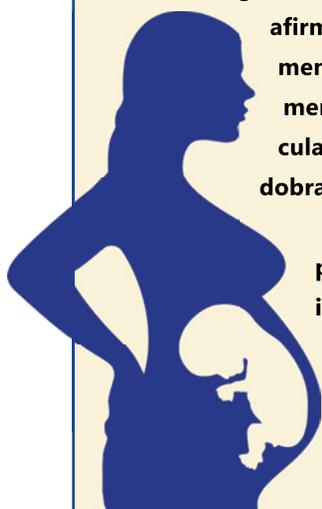
ANUAL: para magistrados e servidores com idade a partir dos 45 anos ou expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional.

GRAVIDEZ AUMENTA RISCO DE AVC EM JOVENS

Uma pesquisa publicada no *Journal of the American Medical Association (Jama) Neurology* apresentou dados de que, apesar de o derrame ser raro em garotas jovens, 18% dos acidentes vasculares cerebrais ocorridos em moças com menos de 35 anos foram associados à gravidez contra apenas 1,4% nas mulheres mais velhas.

O estudo publicou que "embora as mulheres grávidas mais velhas tenham tido maiores taxas de acidente vascular cerebral na gravidez do que as mulheres grávidas mais jovens, o risco de elas sofrerem um AVC foi semelhante ao das mulheres da mesma idade que não estavam grávidas". Os pesquisadores ainda afirmaram que em mulheres com menos de 35 anos a gravidez aumenta o risco de acidente vascular cerebral, que mais do que dobra no grupo mais jovem.

Foram investigadas pessoas do sexo feminino internadas em hospitais devido a derrames cerebrais em Nova York, nos Estados Unidos, de 2003 a 2012.



Ele chama a atenção para o fato de que "às vezes o AVC isquêmico, de uma maneira geral, não está no cérebro, mas ele recebe o que chamamos de êmbolo, ou uma 'rolha', que vem de algum lugar que está com problema". Ou seja, uma carótida entupida solta um êmbolo que vai para o cérebro, ou uma artéria obstruída que se fecha e forma isquemia podem ocasionar o AVC.

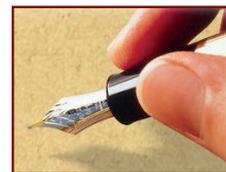
Para prevenir o derrame, deve-se evitar cigarro e álcool, além de se controlar o peso (para pessoas obesas ou com sobrepeso), monitorar o colesterol e praticar exercício físico para a boa circulação sanguínea. Quem apresentar doença cardíaca deve controlá-la para não formar êmbolos e, possivelmente, causar o AVC. Com mais de 45 anos é aconselhado realizar exames anuais, como os Exames Periódicos de Saúde (EPS), oferecidos aos servidores do TRF1 e das seccionais vinculadas.

O artigo 206-A da Lei nº 8.112/90 estabelece que os servidores devem ser submetidos a exames periódicos de saúde. Fica a cargo de cada órgão regulamentar o exame periódico de saúde e criar banco de dados para levantamento de informações que possibilitem o planejamento e a execução de ações e programas voltados à promoção da saúde.

No TRF da 1ª Região, os EPS foram implantados com a Portaria Presi/Secbe 38, de 17 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Exame Periódico de Saúde (EPS) no âmbito da 1ª Região. Essa medida faz parte de um dos objetivos definidos pelo Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020 e abrange iniciativas voltadas para o desenvolvimento do potencial humano na Justiça Federal, entre elas a realização de exames periódicos de saúde. A meta a ser cumprida é a de atingir 100% de adesão de magistrados e de servidores até o ano de 2020.

Magistrados, servidores ativos e cedidos nomeados sem vínculo com a Administração Pública podem realizar o EPS, preferencialmente, nas dependências do TRF1 e das seccionais. Esse exame pode acontecer na rede credenciada do Programa de Assistência a Magistrados e Servidores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Pro-Social), mediante guia ou outro documento que a substitua, emitida pela Secbe.

O Tribunal possui uma rotina completa de exames, que segue critérios de sexo, faixa etária, lotação e categoria, de acordo com recomendações do Ministério da Saúde, bem como das Sociedades Brasileiras de Cardiologia, Urologia, Ginecologia, dentre outras. ■



Intervir, requerer, aprazer e precaver-se

Esta edição trata da conjugação de alguns verbos que interessam a todos que se utilizam da língua portuguesa, destacam-se os seguintes verbos: **intervir**, **requerer**, **aprazer** e **precaver-se**.

O verbo **intervir** é conjugado como o verbo **vir**, observando-se, no entanto, as regras de acentuação gráfica nas quatro pessoas a seguir:

| INTERVIR | |
|------------------------|-----------------------|
| PRESENTE DO INDICATIVO | IMPERATIVO AFIRMATIVO |
| intervenho | intervém tu |
| intervéns | intervenha você |
| intervém | intervenhamos nós |
| intervimos | intervinde vós |
| intervindes | intervenham vocês |
| intervêm | ----- |

Seguem a mesma acentuação gráfica os verbos **advir**, **convir**, **desconvir**, **devir**, **entrevir**, **provir**, **reavir**, **reconvir**, **revir** e **sobrevir**.

| REQUERER | | | | | |
|----------------------|----------------------|--------------------|-----------------------------|--------------|-----------------------|
| INDICATIVO | | | | | |
| presente | pretérito imperfeito | pretérito perfeito | pretérito mais-que-perfeito | futuro | futuro do pretérito |
| requero | requeria | requeri | requerera | requererei | requereria |
| requeres | requerias | requereste | requereras | requererás | requererias |
| requer (ou requiere) | requeria | requereu | requerera | requerirá | requereria |
| requeremos | requeríamos | requeremos | requerêramos | requereremos | requereríamos |
| requereis | requeríeis | requerestes | requerêreis | requerereis | requereríeis |
| requerem | requeriam | requereram | requereram | requererão | requereriam |
| SUBJUNTIVO | | | IMPERATIVO | | INFINITIVO FLEXIONADO |
| presente | futuro | imperfeito | afirmativo | negativo | |
| requera | requerer | requeresses | ---- | ---- | requerer |
| requeras | requereres | requeresses | requer (ou requiere) | requeras | requereres |
| requera | requerer | requeresses | requera | requera | requerer |
| requeramos | requerermos | requerêssemos | requeramos | requeramos | requerermos |
| requerais | requererdes | requerêsseis | requerei | requerais | requererdes |
| requerem | requererem | requeressem | requerem | requerais | requererem |

Gerúndio: **requerendo**. **Particípio:** **requerido**.

Alguns verbos, quando não são pronominais, são defectivos, isto é, não possuem a conjugação completa. É o caso de **aprazer**. Segue o mesmo padrão os verbos **prazer** e **desprazer**. (Já os verbos **aprazer-se**, **desaprazer-se** e **desprazer-se**, embora irregulares, são conjugados em todas as pessoas verbais.)

Esses verbos defectivos só são conjugados nas terceiras pessoas e não possuem o **imperativo**.

Quanto ao verbo **precaver-se**, é bom esclarecer que este não deriva do verbo **ver** nem do verbo **vir**, por isso é errado dizer "eu me precavejo" ou "eu me precavenho". O segredo deste verbo é que ele é defectivo, conjugado somente nas formas quando o acento tônico recai na terminação, e não no radical. Este verbo não possui a 1ª, nem a 2ª e nem a 3ª pessoa do singular, tampouco a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo, não tendo, portanto, o presente do subjuntivo e o imperativo negativo. O imperativo afirmativo restringe-se à 2ª pessoa do plural. No restante, conjuga-se normalmente.

Para substituir esses verbos nas formas não existentes, pode-se usar os verbos **acautelar-se** ou **prevenir-se**.



TEORIA INSTITUCIONAL DA PRATICABILIDADE TRIBUTÁRIA

Teoria Institucional da Praticabilidade Tributária é o título da minha tese de doutoramento, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e publicada como livro pela tradicional editora paulistana Noeses¹. No trabalho, é discutida a necessidade de criação de mecanismos que possibilitem ao Estado a “execução simplificadora da lei” diante da alta complexidade do sistema tributário nacional por intermédio de presunções, plantas de valores, pautas fiscais, esquemas gerais, padrões generalizantes e outras técnicas de aplicação em massa da regra-matriz de incidência tributária.

Isso porque a complexidade que se observa é não somente jurídica – aferível nas constantes (re)formulações do enorme cipoal de emendas constitucionais, leis, medidas provisórias, resoluções, regulamentos e instruções normativas que integram a legislação tributária –, mas, também, de ordem fática com o aumento exponencial de contribuintes e responsáveis tributários, além de o emaranhado de obrigações acessórias a eles impostas, tornando-se quase impossível ao fisco, diante desse quadro calamitoso, exercer, com eficiência, o seu múnus de otimizar a arrecadação tributária e evitar a evasão e a sonegação fiscal.

Por isso, neste contexto de complexidade premente, não há como o Estado-legislador e administrador, além de executar as propaladas reformas simplificadoras do sistema tributário, deixar de lançar mão, positivamente, de mecanismos de aplicação padronizada da lei para facilitar a execução e a fiscalização da regra-matriz de incidência com a observância dos princípios constitucionais que lhe são superpostos, pois os fiscos não dispõem de recursos técnicos, administrativos ou de pessoal suficientes para,

satisfatoriamente, dar a todos os fatos imponíveis a atenção individual que eles realmente merecem. A tributação individualizada, embora seja a meta utópica e ideal desejada para respeitar a capacidade contributiva subjetiva dos contribuintes, em grande parte dos casos, possibilita a fraude, a evasão e a sonegação fiscal, de forma que esse conjunto de fatores justifica a tributação massificada em detrimento da sua aplicação individual.

A esse conjunto de meios que possibilitam uma execução e fiscalização em massa e bem mais prática da lei tributária, equalizando a tributação real à potencial, a doutrina denomina de praticabilidade ou praticidade. Os estudos acerca desse tema, ao contrário do que acontece na Alemanha, não são tão desenvolvidos no Brasil, sendo que, quem primeiramente tratou, especificamente, dessa questão em território nacional, com grande profundidade e rigor metodológico, fundamentada em sólida doutrina germânica, foi Misabel de Abreu Machado Derzi², na década de mil novecentos e oitenta e, posteriormente, em data mais recente, Regina Helena Costa³.

Tanto as doutrinas nacionais quanto as estrangeiras entendem a praticabilidade como um verdadeiro *princípio jurídico* que direciona não somente o processo de interpretação quanto de aplicação das normas jurídicas tributárias em geral, voltado para o legislador e a administração tributária, funcionando como verdadeiro “mandamento de otimização” na conotação de Robert Alexy⁴.

No livro que publiquei, questioneei essa premissa de conferir natureza principiológica à praticabilidade ou de convertê-la em uma simples técnica instrumental, preferindo enfocá-la por meio da teoria institucionalista do direito

1. <http://www.editoranoeses.com.br/blog/ja-a-venda-teoria-institucional-da-praticabilidade-tributaria-de-eduardo-morais-da-rocha/>

2. DERZI, Misabel de Abreu Machado. *Direito Tributário, Direito Penal e Tipo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 318-362.

3. COSTA, Regina Helena. *Praticabilidade e Justiça Tributária*. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 53.

4. ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

de Maurice Hauriou, atualizando-a com outra importante teoria institucionalista como a de Neil MacCormick⁵. Por tal motivo, abandonei a compreensão de que a praticabilidade poderia ser classificada como um princípio e passei a defender a tese de que ela deve ser enquadrada como uma **instituição**, já que para Hauriou na anatomia de toda instituição estão sempre presentes os seguintes elementos caracterizadores: a) uma ideia existente em determinado grupo social; b) manifestações de comunhão de vontade no grupo social acerca dessa ideia, que a legitimam e c) um poder organizado para a consecução de tal ideia.⁶

Com isso, pretendi demonstrar que a natureza jurídica da praticabilidade é melhor enquadrada do ponto de vista institucional do que do principiológico ou de simples técnica, como entende a uníssona doutrina nacional e estrangeira. A abordagem do tema, sob esse novo prisma, permitirá que cada requisito da instituição de Hauriou resolva, de forma juridicamente plausível e conjutna, diversos problemas afetos ao emprego da praticabilidade, como, por exemplo: (i) o motivo pelo qual o Estado, racionalmente, imprime, no seu uso, ora a ideia de ações de desconfiança, bloqueando o direito de opção do contribuinte na sua adoção, como se nota na substituição tributária progressiva do ICMS, nas plantas gerais do IPTU ou nos preços de transferência da CSLL, ora a ideia de ações de confiança em relação a eles, dando-lhe o direito de opção de escolha dos padrões, como se observa no SIMPLES, no lucro presumido do IRPJ ou nas deduções simplificadas do IRPF; (ii) a razão pela qual, na comunidade jurídica brasileira, não se pode legitimá-la como meio unicamente utilitário para alcançar metas políticas de eficiência sem considerar direitos individuais contramajoritários dos contribuintes

consagrados constitucionalmente e, por fim, (iii) o porquê de o Legislativo e o Executivo terem graus de discricção e de economia da confiança distintos para operá-la num juízo positivo, ao passo que o Judiciário dela não pode, de modo algum, fazer uso positivamente, mas somente num juízo eminentemente negativo, como órgão de limite e também de controle dos demais órgãos de poder.

Ao moldar a praticabilidade como uma instituição, pode-se estabelecer limites à atuação do Poder Judiciário que, sendo responsável, em regra, pela justiça individual no caso concreto, jamais poderá massificar as suas decisões em nome da praticabilidade, sendo-lhe vedado o uso utilitário desse instituto em prejuízo da justiça individual, como faz notar o próprio artigo 489, § 1º, do *novel* CPC.

Por outro lado, apesar da incompletude do sistema jurídico-tributário em face da realidade fática, a praticabilidade também não poderá ser invocada utilitariamente pelo legislador ou pelo fisco, sob o pretexto de um estado de necessidade administrativa para permitir a criação de tributo sem lei ou a implementação de cláusula geral antielisiva.

Por isso, concluí na minha tese que a praticabilidade tributária, em vez de princípio, deve ser compreendida como uma instituição que integra o sistema jurídico com o desiderato de, racionalmente, pelas razões de eficiência ou de economicidade, tornar coerente a execução das regras-matrizes de incidência em geral sem tolher a dignidade da pessoa humana, sendo passível de incorporação não somente da desconfiança mas também da confiança sistêmica, as quais operam, funcionalmente, potencializando os seus efeitos simplificadores para, assim, superar a complexidade premente do hodierno sistema tributário nacional. ■

5. MACCORMICK, Neil. *Instituciones del Derecho*. Tradução de Fernando Atria y Samuel Tschorne. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A., 2011.

6. HAURIU, Maurice. *A Teoria da Instituição e da Fundação* – Ensaio de Vitalismo Social. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. Porto Alegre: Safes, 2009, p. 21.

POR aí



CAGLIARI, uma grata surpresa!

O QUE ERA PRA SER APENAS UMA PARADA SE TORNOU EM MAIS UMA EXPEDIÇÃO DE EUVALDO PINHO QUE, NESTA EDIÇÃO DE POR AÍ, NOS LEVA À CIDADE ITALIANA CAGLIARI PARA CONHECER SUA ARQUITETURA SECULAR, BELAS PAISAGENS À BEIRA DO MEDITERRÂNEO E A DELICIOSA CULINÁRIA LOCAL.



Bairro de Stampace



Catedral de Santa Maria



Tons terrosos



Cidade velha



Muralha de Santa Croce

▼ EUVALDO PINHO/TS*

No sul da Sardenha, segunda maior ilha da Itália e do Mar Mediterrâneo, encontra-se a capital Cagliari, com praias belíssimas, destacando-se a praia do Poetto. Cagliari é originária da cidade Cartaginesa Karalis, e sua parte histórica é quase toda circundada por muralhas "pisanas", com ruas bem estreitas. A vida urbana ali é bastante provinciana e quieta, em que a maior agitação vem do mar com os ventos siroco, tramontana e mistral, este o mais gélido dos três.

Chegamos a Cagliari sem maiores expectativas, pois seria apenas uma parada para descanso e abastecimento antes de a travessia do Mediterrâneo. No entanto, tivemos uma grata surpresa, pois ao explorar, a pé, a parte antiga da cidade, cada vez mais encontrávamos motivos para nos embrenharmos naquela magia que nos deixava ora extasiados, ora extenuados, mas imensamente felizes. Consequentemente, atrasamos nossa partida por mais dois dias em prol do conhecimento e da cultura daquela região.

As ruas mais próximas ao mar convidavam ao passeio e ao descanso, com os seus restaurantes e esplanadas bem situadas nas praças de cores outonais, do bege aos tons laranja e bordô. Por toda parte encontramos roupas lavadas cheirando a tomilho penduradas em varandas e janelas para secar e, porque não dizer, colorindo as fachadas e dando um aspecto familiar e de intimidade, um certo ar de tranquilidade no ar.

Os antigos casarões, antigamente habitados pela elite, hoje



Em dia de sol



Bastione Santa Croce



Portal de Santa Croce



Via Santa Croce



Secando roupas



Homenagem ao rei da Sardenha

são frequentados por estudantes e artistas. Em cada esquina encontrávamos uma igreja, um museu, um vestígio de traços romanos em prédios antigos na parte velha da cidade, chamada Castello, que fica no topo de uma colina com vista para o golfo de mesmo nome da cidade. A maioria das muralhas, "Bastiones", que circundam a cidade estão intactas, assim como as Torres do Elefante e de São Pancrácio, feitas de pedras e cal, que causam um belo efeito ao cenário secular.

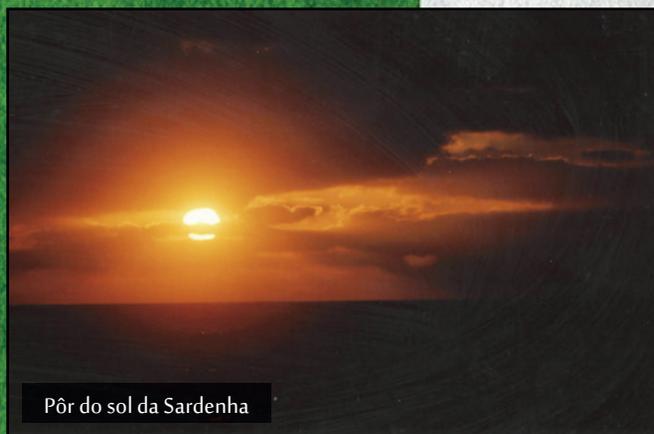
Creio que de todas as cidades que conheci na Itália, Cagliari foi realmente uma das em que mais andei a pé, por ter encontrado por lá uma concentração muito rica de história preservada. Normalmente, a vida a bordo de um veleiro é muito limitada em termos de exercícios físicos, por isso mesmo que ao desembarcar procuramos andar e alongar bastante. O que nos chamou a atenção foram os buracos existentes nas paredes das construções, ocasionados por tiros e bombas da Segunda Guerra Mundial, quando Cagliari foi dizimada pelos alemães. Graças a Deus, posteriormente, a cidade foi reerguida.



VII Stazione



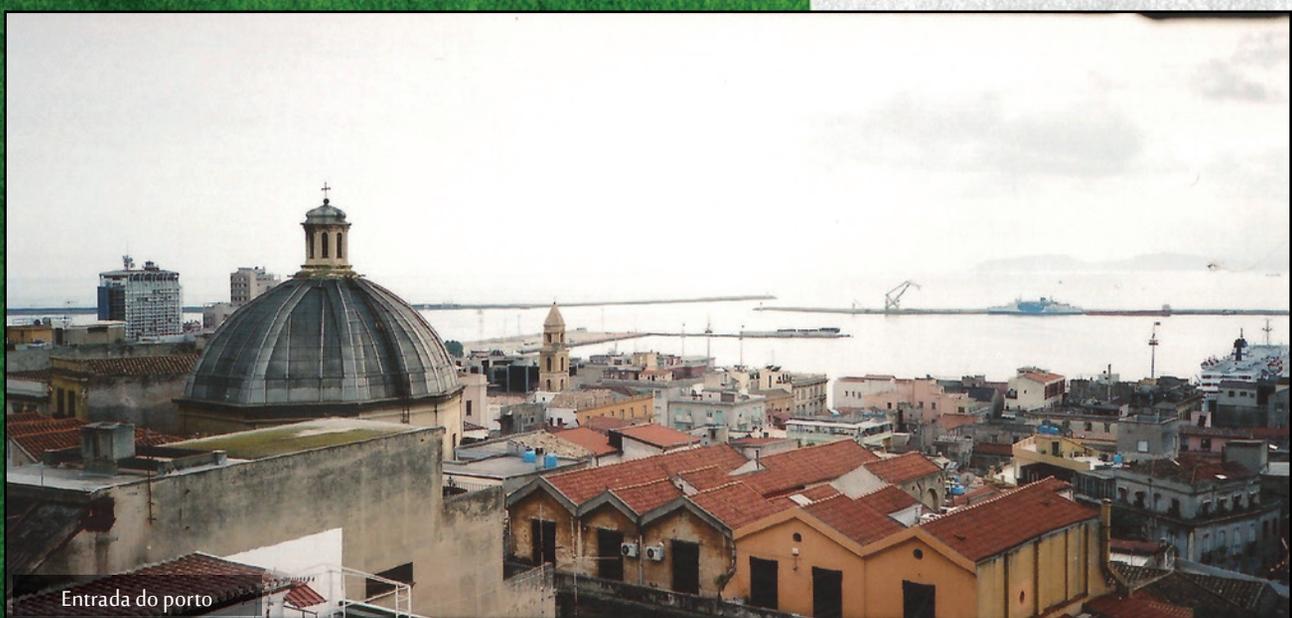
Rua do Castello



Pôr do sol da Sardenha



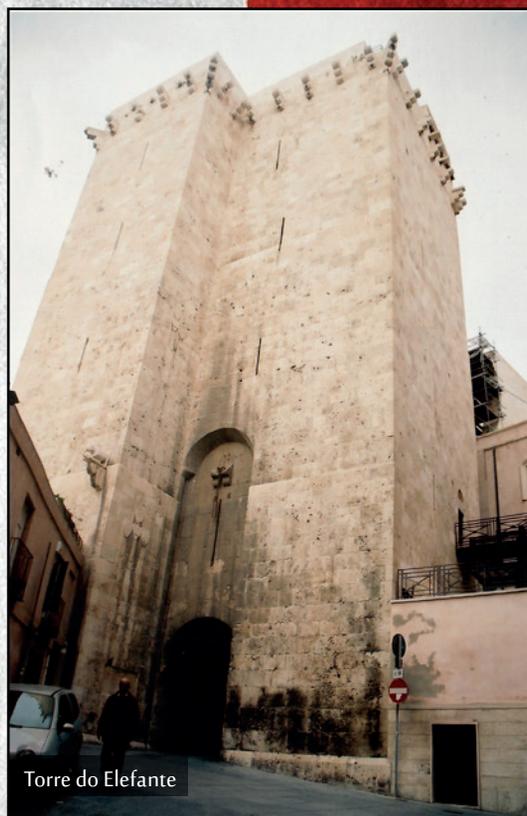
Raiar do dia



Entrada do porto



Vista



Torre do Elefante



Prenúncio de mal tempo

Nas proximidades do porto, encontramos grandes e modernas lojas onde compramos excelentes artigos de lã, pois que na cidade fazia muito frio, e também abastecemos nossa despensa, para a travessia do Mar Mediterrâneo, com as iguarias culinárias típicas da Sardenha, tais como: Coccoi in pitzu (pão de semolina), linguiças e salames, queijo Pecorino, Culingiones (ravioli caseiro recheado com espinafre e queijo de cabra) e o famoso Porceddu (roletes de porco grelhados).

Vale destacar as muitas e variadas arcadas de origens romana e fenícia que encontramos por lá, são essas que sustentam diversos prédios e as ruas com piso de granito, sem deixar de registrar os jardins com uma variedade de belíssimas flores que não me cansei de fotografar. Enfim, Cagliari foi uma experiência muito agradável, onde vivenciamos ambientes com séculos de história, natureza pura, alma jovem e dinâmica e uma cozinha caracterizada por sabores únicos. ■

*Eivaldo Pinho é servidor aposentado da JFBA e colaborador da revista
Fotos e legendas do autor



Vista da colina

TOCANTINS

Justiça Federal condena empresa de mineração e pesquisador pela comercialização ilegal de madeira fossilizada no Tocantins

POR SAMUEL DANTAN - ASCOM/SJTO

A juíza federal da Subseção Judiciária de Araguaína, Roseli Ribeiro, condenou uma empresa mineradora e um pesquisador a repararem os danos ambientais causados pela comercialização de madeira petrificada extraída da região conhecida como "Monumento Natural de Árvores Fossilizadas", localizada no distrito de Bielândia, município de Filadélfia/TO. A magistrada ainda impôs aos réus a obrigação de retirar da *internet* o *site* da Mineração e de abster-se de catar, selecionar, estocar ou comercializar exemplares fósseis oriundos do monumento, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

A Ação Civil Pública nº 2603-93.2011.4.01.4301 foi movida pelo Ministério Público Federal (MPF), que imputou aos réus a conduta de comercializar madeira fossilizada sem autorização dos órgãos competentes, causando dano ambiental. A defesa dos acusados alegou, em síntese, que "as comercializações foram realizadas com a anuência dos órgãos: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ao longo de anos; posteriormente, o DNPM mudou seu entendimento a respeito da possibilidade de comercialização do minério madeira petrificada".

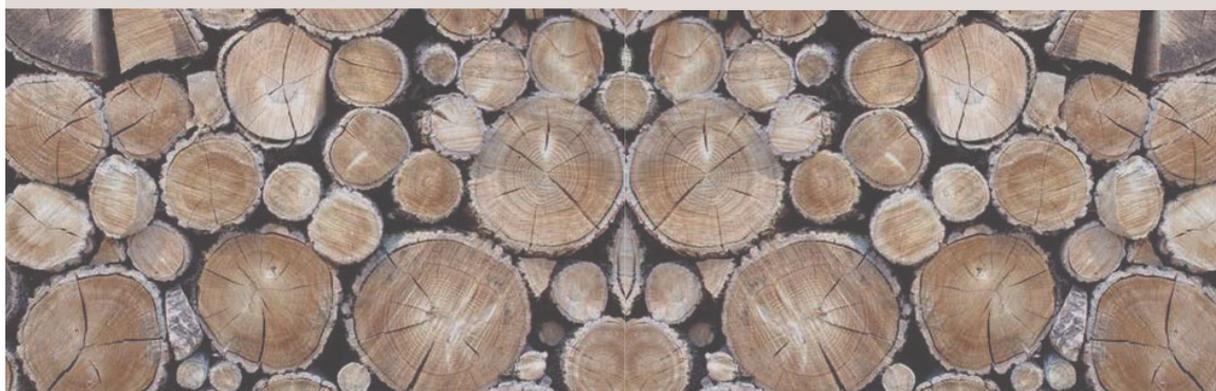
Ainda de acordo com a defesa dos réus, somente entre os anos de 1999 e 2000 a Mineração Pedra de Fogo adquiriu cerca de 100 toneladas de madeira petrificada. "Parte (foi) exportada e outra parte comercializada no mercado interno e doada para instituições de pesquisa", argumentaram os denunciados.

A juíza federal Roseli Ribeiro concluiu que as guias de utilização expedidas no ano de 1997, pelo chefe do 17º Distrito do DNPM/TO, que acobertaram a extração da madeira petrificada até 5 de dezembro de 1998, foram posteriormente declaradas nulas pelo diretor-geral do DNPM, "não subsistindo, portanto, os efeitos daqueles títulos autorizativos". Destacou, também, que os réus ainda extraíram madeira fossilizada em quantidade superior à autorizada nas guias de utilização e que estas guias estavam fora do prazo de validade.

Segundo a magistrada, "não cabe autorização de pesquisa, concessão de lavra ou mesmo emissão de guia de utilização pelo DNPM com fundamento no Código de Mineração, já que, nesta hipótese, o material não se submete ao diploma legal, mas, sim, à lei especial".

Árvores Fossilizadas – O Monumento Natural de Árvores Fossilizadas do Tocantins foi criado no ano de 2000 e fica localizado no município de Filadélfia. O local ganhou esse nome em função de a existência de sítios paleontológicos e arqueológicos onde são encontrados fósseis de árvores como pteridófitas, esfenófitas, coníferas e cicadácias. ■

Processo nº: 2603-93.2011.4.01.4301/TO



INTERNET

TRF1

TRF1 suspende investigação e quebra de sigilo telefônico de jornalista pela divulgação de dados de relatório do Coaf

▼ POR JOSÉ ROBERTO LOPES - ASCOM/TRF1

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu medida liminar para suspender a realização de todas as investigações policiais que objetivem a descoberta da fonte de informações do jornalista Murilo de Queiroz Ramos na elaboração da matéria que utilizou dados fiscais protegidos pelo sigilo constitucional de diversas pessoas e que constavam do relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)/Ministério da Fazenda. O delito que teria ocorrido, em tese, era o previsto no art. 325 do Código Penal, praticado por servidor público que seria a fonte do jornalista.

A decisão foi proferida pelo desembargador federal Ney Bello, que cassou a decisão de quebra do sigilo das comunicações telefônicas, ordenou a manutenção do lacre de todos os registros telefônicos até o julgamento final do *Habeas Corpus* e determinou ao juiz coator que oficiasse a operadora de telefonia para que se abstenha de remeter àquele juízo quaisquer informações em face da cassação da decisão.

O HC foi impetrado por José Perdiz de Jesus e pela Associação Nacional de Editores de Revista (Aner) em defesa do direito fundamental à liberdade de imprensa e do direito à preservação e sigilo da fonte.

Inicialmente, o desembargador Ney Bello questiona se é lícito quebrar o sigilo das comunicações telefônicas de jornalista não investigado com o “claro intuito de descobrir qual agente público serviu-lhe de fonte, dando-lhe acesso à informação sigilosa que guardava ou à qual tinha acesso”.

O magistrado sustenta que há uma nítida diferença entre imunidade e direito ao sigilo da fonte, e que o jornalista - embora tenha direito ao sigilo acerca da origem da notícia - não é imune à prática de crimes no processo de descobrimento da notícia. Destaca que o profissional de imprensa possui direito constitucional ao sigilo da fonte e - por isso - não é juridicamente possível utilizar-se de “métodos investigativos sobre o detentor do direito ao sigilo para obter a identidade de quem lhe entregou a notícia”.

Ney Bello sustenta que não é sempre que o direito ao sigilo da fonte prevalece e indaga: “Deverá ser protegido o direito ao sigilo da fonte ou o direito à vida de diversas pessoas? Se acaso a fonte do jornalista venha a ser um homicida na iminência de um crime ou um terrorista na iminência de um ataque, que direito ou que dever ou qual interesse deverá prevalecer”?

No caso concreto, porém, diz o magistrado que nenhum valor possui “peso idêntico ou maior que o direito ao sigilo da fonte. O dever de investigar atos ilícitos praticados por terceiros não tem mais peso constitucional que o direito a uma imprensa livre. Se é certo que a sociedade precisa de segurança jurídica, também é certo que precisa de uma imprensa sem medo e sem amarras para que persiga o seu desiderato republicano e democrático”.

Segundo o desembargador, as hipóteses de ruptura constitucionalmente autorizadas da concretização do direito ao sigilo da fonte só devem se dar em casos em que “saltar aos olhos um interesse constitucional e social maior do que a proteção da fonte da notícia. Investigar atos ilícitos pretéritos decididamente não é uma dessas hipóteses”. Ney Bello pondera que o sigilo da fonte deve prevalecer - neste caso específico - sobre o dever de investigar a terceiro. Isto se dá por ser, no caso concreto, valor e direito de peso maior que o dever estatal de investigar o delito do art. 325 do Código Penal, praticado por servidor público desconhecido que forneceu à imprensa dados bancários sigilosos.

O magistrado também afirma que, “ainda que não se tratasse de jornalista, não haveria hipótese jurídica de quebra de sigilo das comunicações pela só razão de não ser o paciente investigado. Aquele que não é suspeito de crime não se submete às medidas impostas na Lei nº 9.296/96”.

Concluindo, o desembargador argumentou que “o jornalista pode cometer crime e pode ser investigado como todo e qualquer cidadão, mas não pode ser investigado exclusivamente para a obtenção da identidade da fonte quando não for suspeito de delitos”. ■

Processo nº: 00599917720164010000/DF



Conhecendo a “comunicação não violenta” e vislumbrando sua aplicação nas relações de trabalho

A expressão “comunicação não violenta” refere-se à forma de linguagem desenvolvida pelo psicólogo Marshall Rosenberg no ano de 1963 que, a partir de uma abordagem profunda, nos oferece ferramentas de simples aplicação, com impacto positivo na solução de conflitos por meio de diálogos mais humanos e sentimentos de compaixão, contribuindo de forma satisfatória para a pacificação social.

Considerada por alguns como princípios, teoria ou doutrina e por outros como técnica ou processo, trata-se de um novo método de linguagem e comunicação que resulta em uma grande transformação social no sentido de pensar, falar e agir adequadamente. Essa maneira reforça a resolução de conflitos de forma humanizada à medida que estabelece uma maior profundidade entre as relações pessoais com relacionamentos mais eficazes e restabelece a confiança mútua, implementando uma cultura de paz.

Marshall Rosenberg afirma que ficou impressionado com o papel crucial da linguagem e do uso das palavras e que, embora possamos não considerar “violenta” a maneira de falarmos, nossas palavras não raro induzem à mágoa e à dor, seja para os outros, seja para nós mesmos. Denominou essa abordagem de comunicação não violenta, usando o termo “não violência” na mesma acepção que lhe atribuía Gandhi – referindo-se a nosso “estado compassivo natural quando a violência houvesse se afastado do coração”.

No seu livro “Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais”, o psicólogo utiliza técnicas que ajudam os indivíduos a reformular a maneira pela qual se expressam e escutam os outros. Além disso, essas técnicas capacitam as pessoas a se envolverem num diálogo criativo, fomentando o respeito e a empatia com a utilização de quatro componentes: observação, sentimento, necessidades, pedido.

Aduz que, se concentramos nossa atenção nestes quatro componentes: “o que observamos, sentimos e do que precisamos, e o que desejamos pedir para enriquecer

nossa vida”, e, com o mesmo cuidado, atentamos para “o que os outros estão observando, sentindo, precisando e pedindo”, expressaremos-nos com honestidade, recebendo e dando empatia. Essa atitude contribuirá também para “minimizar a resistência, a postura defensiva e as reações violentas, ocasionando o mútuo desejo de nos entregarmos de coração”.

Tal abordagem é aplicável em disputas e conflitos em famílias, escolas, empresas, organizações e instituições, causas trabalhistas, penais e ambientais, grupos comunitários, terapia e aconselhamento, negociações diplomáticas e comerciais, entre outros.

De onde surge a violência? Surge dos conflitos quando se tem dificuldade de lidar com as diferenças. É o que ocorre na comunicação alienante, caracterizada por julgamentos moralizadores ou críticos em relação a pessoas com comportamentos em desacordo com nossos juízos de valor, ora traduzidos como exigências, e que só servem para bloquear a compaixão, contribuindo, ainda, para atizar a violência. Concentramos nossa atenção em classificar, analisar e determinar níveis de erro, julgamentos que prejudicam nossa compreensão de que “cada um de nós é responsável por seus próprios pensamentos, sentimentos e atos”.

No entanto, necessário se faz entender que as pessoas são diferentes e que temos que saber respeitar as diferenças. Além disso, deve-se considerar que nem todo conflito é negativo e que deveríamos tirar proveito de seus resultados, utilizando-os para a resolução de questões de forma pró-ativa e positiva. Se as pessoas procurassem o diálogo para tentar resolver seus problemas, buscando a cooperação, e não a competição, fortalecendo assim o entendimento, nós assistiríamos à solução dos conflitos de forma mais pacífica.

Ao aplicar a comunicação não violenta nas relações de trabalho e tirando proveito das palavras de ordem: sustentabilidade e planejamento estratégico, por que não agirmos de forma sustentável, desenvolvendo uma comu-

nicação duradoura, expandindo os limites da tolerância, amor, respeito, compreensão, gratidão, empatia, da escuta ativa, afastando a comunicação alienante da vida e transformando as ofensas em palavras de compaixão nas relações de trabalho?

Tomemos como exemplo o ambiente de trabalho durante as audiências no Centro Judiciário de Conciliação com um intuito maior de replicá-lo para os demais setores da Justiça Federal. As conciliações auxiliam na promoção de uma cultura do diálogo e da paz social, o que envolve desde os trabalhos nos bastidores, com a participação de servidores, estagiários, terceirizados e conciliadores, até o momento da realização das audiências, que são conduzidas pelos conciliadores. Ao longo de todo o trabalho é evitada a linguagem julgadora, tendenciosa e utilizada uma linguagem neutra, apropriada ao contexto, não adversarial, promovendo mudanças com uma abordagem conciliatória.

Interiorizando o ambiente das conciliações em todos os demais setores da Justiça Federal, a ideia é que cada um primeiramente avalie todas as condições em que se encontra inserido: o seu espaço de trabalho, suas relações, seu desempenho, disciplina e comprometimento. Imagine-se desenvolvendo suas atividades, utilizando-se de todo o tempo da comunicação conciliatória, tomando por base as técnicas de comunicação não violenta, identificando e gerindo com aptidão os conflitos, suas causas e não apenas seus sintomas. Você atuará como um conciliador, promoverá o diálogo, a intercompreensão, o respeito, a empatia, a escuta ativa, evitando a linguagem alienante, funcionando como protagonista e articulador do processo de linguagem e comunicação, empoderando e monitorando a postura das partes, respeitando suas diferenças, zelando pela ética no trabalho, amadurecendo as relações, apontando um caminho para a solução dos problemas de forma pró-ativa, vendo nos problemas formas de fortalecer as relações e o exercício de cidadania.

Dentro desse espírito, ainda que a conciliação não se esgote na formalização de um acordo, essa atitude auxiliará as pessoas na retomada da comunicação e no exercício da alteridade, bem como no redimensionamento do conflito, responsabilizando-as e capacitando-as para isso.

Para tal, esqueçamos a Lei de Talião: "Olho por olho, dente por dente", ou mesmo a célebre frase: "Que vantagem eu levo nisso?" Afastemos as atitudes egoístas e

individualistas, promovendo o cuidado para com os outros. Não cabe julgar nem os colegas nem o público. Ao contrário, é importante a noção de que todos são seres humanos, com defeitos e qualidades, e que a virtude é saber acolher e conviver com aqueles que mais precisam, simpáticos a nós ou não. Na verdade, o propósito maior é que todos façam parte de um ambiente harmônico, colaborativo e compassivo.

Então, durante o horário de trabalho você poderá sentir, com o tempo, um ambiente mais leve e acolhedor, desde sua chegada ao cumprimentar e responder aos cumprimentos dos colegas e público até sua saída. Sabemos que a mudança será gradativa, cada um no seu ritmo, a começar por oferecer e receber empatia, observando os seus próprios sentimentos, necessidades e pedidos, bem como os dos outros, afastando a comunicação alienante da vida. Tudo isso como uma força-tarefa sustentável, colaborando para a efetiva prestação jurisdicional de qualidade e de forma diferenciada, com o uso das técnicas da comunicação não violenta.

Assim, seria muita pretensão conseguir repassar nestes poucos parágrafos todo o entusiasmo e empolgação que se sente em trabalhar com a grandeza desta forma de linguagem simples, ainda que de suma importância e significância, adotada no ambiente das conciliações? Abraçando esta ideia, não ficaria mais fácil comunicar, escutar, relacionar e até reivindicar suas aspirações no ambiente de trabalho?

Dessa forma, não se aplica o ditado popular que diz: "uma andorinha só não faz verão", pois o importante é começar por uma sementinha que, ao brotar, contagia a todos, em vez de aguardar que os outros ajam primeiro. O intuito é enriquecer vidas com a comunicação não violenta e com a mudança que esta prática provocará em seus hábitos de linguagem e métodos de comunicação, ao preservar as relações com reconhecimento mútuo e convívio pacífico. Que não sejam atitudes descartáveis, mas prática criativa e permanente a caminho de um mundo mais compassivo, agindo com o coração, colocando-se no lugar do próximo, não só no seu ambiente de trabalho, mas em todos os seus níveis de convivência. ■

*Servidora do CEJUC-SJMG, instrutora de conciliadores e mediadores do CNJ e tutora em EaD do CJF, com curso de 'Comunicação Não Violenta', Londres-2015.



COMPOSTO DO VINHO PODE IMPEDIR DOENÇA INCURÁVEL EM MULHERES

O vinho já foi ligado a incontáveis benefícios à saúde, desde a prevenção contra o câncer até a perda de peso. Agora, cientistas da Polônia e dos Estados Unidos da América descobriram que uma substância encontrada na bebida pode impedir que mulheres desenvolvam a síndrome do ovário policístico (SOP).

A doença é conhecida por ser uma das principais causas de infertilidade entre mulheres. Ela se desenvolve quando os níveis de hormônios esteroides, como a testosterona, estão altos e causam a formação de cistos. Os sintomas mais comuns são ganho de peso, excesso de pelos no rosto, acne e até ausência do período menstrual.

O estudo revelou que um composto natural do vinho tinto, chamado de resveratrol, pode reduzir a quantidade desses hormônios no organismo. Essa substância, encontrada na casca de uvas e em nozes, é conhecida por ter propriedades anti-inflamatórias.

Super Interessante

25/outubro/2016



INTERNET

BRASIL É EXEMPLO DE DIREITOS HUMANOS, DIZ SECRETÁRIO-GERAL DA ONU A TEMER

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, em reunião com o presidente Michel Temer no Palácio do Planalto, destacou o caráter democrático do País e disse que o Brasil é um exemplo da defesa dos direitos humanos. "O Brasil é um país democrático, comprometido com os direitos humanos e com uma política externa independente", disse, conforme informações divulgadas pela assessoria de imprensa do governo.

Guterres afirmou ainda que o Brasil "demonstra ao mundo que os direitos humanos devem respeitados pelo seu valor, e não em razão de objetivos políticos ou militares". "Esse é o papel que o Brasil pode desempenhar em um mundo que caminha para a multipolaridade: demonstra a universalidade dos direitos humanos e a importância do diálogo para a solução dos problemas globais", completou.

Correio Braziliense

31/outubro/2016

EMISSÃO DE CO2 POR DESMATAMENTO AUMENTA 11% NO BRASIL

Anos de queda na atividade econômica costumam reduzir também a poluição de um país. Afinal, menos fábricas ou indústrias operam durante uma recessão. Esse "alívio" na poluição, no entanto, não aconteceu no Brasil. No ano passado, mesmo com a crise, o país aumentou as emissões de gases de efeito estufa. O culpado é o desmatamento.

Os dados são do Sistema de Estimativa de Gases de Efeito Estufa (Seeg), um monitoramento não oficial das emissões brasileiras feito pelo Observatório do Clima. Segundo os números, as emissões brasileiras aumentaram 3,5% em 2015. Ao separar os números, eles mostram que nos setores mais dependentes do crescimento econômico, como indústria ou energia, as emissões diminuíram ou ficaram estagnadas. Já no desmatamento, houve grande aumento.

Época

26/Outubro/2011



REPRODUÇÃO





Conciliação

O CAMINHO MAIS CURTO
PARA RESOLVER SEUS PROBLEMAS.



SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

21 A 25 DE NOVEMBRO • 2016

A conciliação é a solução do conflito de forma rápida e definitiva. Concilie e siga adiante!

www.cnj.jus.br/conciliacao



Poder Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



JUSTIÇA FEDERAL

Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70070-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br